Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

Proventos em Dinheiro 2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 3

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 6

Demonstração do Resultado Abrangente 7

Demonstração do Fluxo de Caixa 8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013 9

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012 10

Demonstração do Valor Adicionado 11

Relatório da Administração 12

Notas Explicativas 22

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva 116

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente 117

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 118

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes 119

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	3.922.515.918
Preferenciais	0
Total	3.922.515.918
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	30/04/2013	Dividendo		Ordinária		0,02987

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012
1	Ativo Total	5.712.410	5.229.122
1.01	Ativo Circulante	1.191.490	854.107
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	173.394	20.813
1.01.02	Aplicações Financeiras	63.592	30.925
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	63.592	30.925
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	63.592	30.925
1.01.03	Contas a Receber	552.952	598.386
1.01.03.01	Clientes	520.727	583.534
1.01.03.01.01	Consumidores, Concessionários e Permissionários	620.877	687.950
1.01.03.01.02	(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-102.979	-107.213
1.01.03.01.03	Partes Relacionadas	54	0
1.01.03.01.04	Encargo Emergencial	2.775	2.797
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	32.225	14.852
1.01.03.02.01	Subvenção de Baixa Renda	20.388	14.852
1.01.03.02.02	Subvenção CDE - Desconto Tarifário	8.706	0
1.01.03.02.03	Recursos CDE - Decreto nº 7.945/13	3.131	0
1.01.04	Estoques	177	388
1.01.06	Tributos a Recuperar	186.799	44.298
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	186.799	44.298
1.01.07	Despesas Antecipadas	7.734	2.091
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	206.842	157.206
1.01.08.03	Outros	206.842	157.206
1.01.08.03.01	Cauções e Depósitos	27.564	28.022
1.01.08.03.02	Outros Créditos	179.278	129.184
1.02	Ativo Não Circulante	4.520.920	4.375.015
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.854.419	1.698.836
1.02.01.03	Contas a Receber	21.469	28.398
1.02.01.03.01	Clientes	21.469	28.398
1.02.01.06	Tributos Diferidos	191.750	389.237
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	191.750	389.237
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.641.200	1.281.201
1.02.01.09.04	Tributos a Compensar	76.877	90.699
1.02.01.09.05	Depósitos Vinculados a Litígios	180.962	150.412
1.02.01.09.06	Cauções e Depósitos	64	8.027
1.02.01.09.07	Ativo Indenizável (Concessão)	1.383.297	1.032.063
1.02.03	Imobilizado	50.060	43.104
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	27.972	24.042
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	22.088	19.062
1.02.04	Intangível	2.616.441	2.633.075
1.02.04.01	Intangíveis	2.616.441	2.633.075
1.02.04.01.02	Softwares	68.598	33.792
1.02.04.01.03	Direito de Uso da Concessão	2.547.843	2.599.283

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012
2	Passivo Total	5.712.410	5.229.122
2.01	Passivo Circulante	954.637	1.061.647
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	45.106	32.526
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	45.106	32.526
2.01.02	Fornecedores	426.026	451.438
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	426.026	451.438
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	423.369	450.334
2.01.02.01.02	Partes Relacionadas	2.657	1.104
2.01.03	Obrigações Fiscais	111.521	67.510
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	102.470	64.271
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	7.725	2.624
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.326	615
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	106.444	248.710
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	87.065	176.967
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	87.065	176.967
2.01.04.02	Debêntures	19.379	71.743
2.01.05	Outras Obrigações	265.540	261.463
2.01.05.02	Outros	265.540	261.463
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	724	10.849
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	161.447	117.177
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	2.525	33.613
2.01.05.02.06	Programas de Pesquisa, Desenvolvimento e de Eficiência Energética	43.147	44.090
2.01.05.02.07	Obrigações com Contribuição de Iluminação Pública	16.064	15.461
2.01.05.02.08	Energia livre	29.869	27.489
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	11.764	12.784
2.02	Passivo Não Circulante	2.276.948	2.114.649
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.419.582	1.107.447
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	682.194	278.491
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	682.194	278.491
2.02.01.02	Debêntures	737.388	828.956
2.02.02	Outras Obrigações	438.938	491.180
2.02.02.02	Outros	438.938	491.180
2.02.02.02.03	Fornecedores	11.798	99
2.02.02.02.04	Obrigações com Benefícios Pós-Emprego	393.339	480.896
2.02.02.02.05	Programas de P&D e de eficiencia Energetica	28.271	4.380
2.02.02.02.06	Parcelamento Especial	376	1.006
2.02.02.02.07	Energia livre	4.572	4.217
2.02.02.02.08	OUtras Obrigações	582	582
2.02.03	Tributos Diferidos	0	119.111
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	119.111
2.02.04	Provisões	418.428	396.911
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	418.428	396.911
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	27.347	27.187
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	154.481	155.112
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	236.600	214.612

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012
2.03	Patrimônio Líquido	2.480.825	2.052.826
2.03.01	Capital Social Realizado	1.298.230	998.230
2.03.02	Reservas de Capital	23.254	23.254
2.03.04	Reservas de Lucros	1.150.530	1.032.946
2.03.04.01	Reserva Legal	103.637	77.884
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.046.893	955.062
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	8.811	-1.604
2.03.08.02	Ajustes Patrimoniais	8.811	-1.604

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.849.432	3.690.989
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.832.781	-2.709.667
3.03	Resultado Bruto	1.016.651	981.322
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-268.390	-274.914
3.04.01	Despesas com Vendas	-75.614	-88.054
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-192.776	-186.860
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	748.261	706.408
3.06	Resultado Financeiro	29.892	58.488
3.06.01	Receitas Financeiras	361.070	384.385
3.06.02	Despesas Financeiras	-331.178	-325.897
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	778.153	764.896
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-263.094	-271.520
3.08.01	Corrente	-223.038	-183.089
3.08.02	Diferido	-40.056	-88.431
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	515.059	493.376
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	515.059	493.376
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,13131	0,12578

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	515.059	493.376
4.02	Outros Resultados Abrangentes	74.386	40.891
4.02.01	Obrigações com Benefício Pós-emprego	63.971	42.495
4.02.02	Ajustes de avaliação patrimonialGanho (Perda) com Instrumentos Financeiros	10.415	-1.604
4.03	Resultado Abrangente do Período	589.445	534.267

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	740.168	631.445
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.027.280	735.321
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	515.059	493.376
6.01.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	62.300	77.253
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	219.347	176.630
6.01.01.04	Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	89.425	-27.355
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias Provisionados	121.614	150.969
6.01.01.06	Receita de Ativo Indenizável	-183.165	-307.410
6.01.01.07	Valor Residual de Intangível baixado	80.152	1.021
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	40.056	88.431
6.01.01.09	Obrigações com Benefícios Pós-Emprego	48.817	49.984
6.01.01.10	P&D e Eficiência Energética	33.675	32.422
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-287.112	-103.876
6.01.02.01	Consumidores, concessionários e permissionários	9.581	-133.052
6.01.02.02	Subvenção Baixa Renda	-5.536	7.305
6.01.02.03	Subvenção CDE - Desconto Tarifário	-8.706	0
6.01.02.04	Repasse CDE	-3.131	0
6.01.02.05	Estoques	211	352
6.01.02.06	Tributos a Compensar	-128.679	38.953
6.01.02.07	Despesas Pagas Antecipadamente	-5.643	-1.652
6.01.02.08	Cauções e Depósitos	8.421	14.073
6.01.02.09	Depositos Vinculados a Litígios	-2.697	-4.766
6.01.02.10	Outros Créditos	-52.240	-56.258
6.01.02.11	Fornecedores	-13.713	132.294
6.01.02.12	Folha de Pagamento	12.580	2.979
6.01.02.13	Obrigações fiscais	49.726	7.659
6.01.02.14	Taxas Regulamentares	-31.088	-2.341
6.01.02.15	Programas de P&D e de Eficiência Energética	-11.161	-9.246
6.01.02.16	Benefícios Pós-Emprego	-39.447	-33.932
6.01.02.17	Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	-67.908	-73.104
6.01.02.18	Outros Passivos	2.318	6.860
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-490.557	-440.807
6.02.01	Aplicações Financeiras	-32.667	-30.760
6.02.02	Aplicações no Intangível e Imobilizado	-457.890	-410.047
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-97.030	-229.313
6.03.01	Captação de Debêntures	0	400.000
6.03.02	Pagamento de Debêntures	-167.031	-300.330
6.03.03	Captação de Empréstimos e Financiamentos	519.565	67.362
6.03.04	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	-206.624	-243.856
6.03.05	Pagamento de Juros de Debêntures	-67.006	-75.482
6.03.06	Pagamento de Juros de Empréstimos de Financiamentos	-40.991	-56.509
6.03.07	Dividendos Pagos	-127.301	-13.158
6.03.08	Parcelamento Especial	-7.642	-7.340
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	152.581	-38.675
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	20.813	59.488
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	173.394	20.813

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	998.230	23.254	1.032.946	0	-1.604	2.052.826
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	998.230	23.254	1.032.946	0	-1.604	2.052.826
5.04	Transações de Capital com os Sócios	300.000	0	-300.000	-161.446	0	-161.446
5.04.01	Aumentos de Capital	300.000	0	-300.000	0	0	0
5.04.08	Dividendo Mínimo Obrigatório	0	0	0	-161.446	0	-161.446
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-156.478	735.508	10.415	589.445
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	515.059	0	515.059
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-156.478	220.449	10.415	74.386
5.05.02.06	Benefício Pós Emprego	0	0	0	0	96.926	96.926
5.05.02.07	Tributos Diferiddos s/ Benefício Pós Emprego	0	0	0	0	-32.955	-32.955
5.05.02.08	Transferência para Lucros Acumulados	0	0	-156.478	220.449	-63.971	0
5.05.02.09	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	15.780	15.780
5.05.02.10	Tributos Diferidos s/ Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	-5.365	-5.365
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	574.062	-574.062	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	25.753	-25.753	0	0
5.06.06	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	548.309	-548.309	0	0
5.07	Saldos Finais	1.298.230	23.254	1.150.530	0	8.811	2.480.825

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	998.230	23.254	614.252	0	0	1.635.736
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	998.230	23.254	614.252	0	0	1.635.736
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-117.177	0	-117.177
5.04.08	Dividendo Mínimo Obrigatório	0	0	0	-117.177	0	-117.177
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	535.871	-1.604	534.267
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	493.376	0	493.376
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	42.495	-1.604	40.891
5.05.02.06	Benefício Pós Emprego	0	0	0	0	64.386	64.386
5.05.02.07	Tributos Diferidos s/ Benefício Pós Emprego	0	0	0	0	-21.891	-21.891
5.05.02.08	Transferência para Lucros Acumulados	0	0	0	42.495	-42.495	0
5.05.02.09	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	-2.431	-2.431
5.05.02.10	Tributos Diferidos s/ Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	827	827
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	418.694	-418.694	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	24.669	-24.669	0	0
5.06.05	Reserva de Reforço de Capital de Giro	0	0	237.547	-237.547	0	0
5.06.06	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	156.478	-156.478	0	0
5.07	Saldos Finais	998.230	23.254	1.032.946	0	-1.604	2.052.826

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.01	Receitas	5.198.371	5.415.528
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.790.843	5.061.194
7.01.02	Outras Receitas	25.622	27.941
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	444.206	403.646
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-62.300	-77.253
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.620.835	-2.503.995
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.509.634	-1.434.233
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-955.343	-1.055.026
7.02.04	Outros	-155.858	-14.736
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.577.536	2.911.533
7.04	Retenções	-219.347	-176.630
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-219.347	-176.630
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.358.189	2.734.903
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	361.070	384.385
7.06.02	Receitas Financeiras	361.070	384.385
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.719.259	3.119.288
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.719.259	3.119.288
7.08.01	Pessoal	155.771	157.775
7.08.01.01	Remuneração Direta	116.513	110.754
7.08.01.02	Benefícios	26.342	31.617
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.963	5.844
7.08.01.04	Outros	7.953	9.560
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.706.563	2.130.284
7.08.02.01	Federais	592.709	948.526
7.08.02.02	Estaduais	1.109.841	1.178.223
7.08.02.03	Municipais	4.013	3.535
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	341.866	337.853
7.08.03.01	Juros	147.478	154.002
7.08.03.02	Aluguéis	10.688	11.956
7.08.03.03	Outras	183.700	171.895
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	515.059	493.376
7.08.04.02	Dividendos	161.446	117.177
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	353.613	376.199

Rel Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Ampla Energia e Serviços S/A submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, com os pareceres dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013 e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração dados consolidados em relação ao mesmo período de 2012, exceto quando especificado em contrário. Os dados operacionais marcados com * não foram auditados pela auditoria independente Ernst &Young.

A Ampla Energia e Serviços S/A é uma companhia do Grupo Enel.

A Enel é uma das maiores empresas de energia do Mundo.

O Grupo produz, distribui e vende energia sustentável, respeitando as pessoas e o meio ambiente. A Enel fornece energia para mais de 60 milhões de clientes residenciais e corporativos em 40 Países, e cria valor para 1,3 milhão de investidores.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Medida Provisória (MP) 579 e Lei 12.783/13

Com o objetivo de reduzir as tarifas de energia aos consumidores finais e definir as regras para a renovação das concessões dos agentes do setor elétrico brasileiro, o Governo Federal editou, em setembro de 2012, a Medida Provisória 579, que posteriormente foi transformada na Lei 12.783/13, em janeiro de 2013.

Como consequência da referida Lei, o Governo promoveu uma redução estrutural de 20%, em média, nas tarifas de energia das distribuidoras, através das seguintes decisões:

- Definição de novas condições para a renovação dos contratos de concessão de geração e transmissão, em que:
  - Os ativos não depreciados foram indenizados (valorados pelo Valor Novo de Reposição – VNR) e para o próximo período de concessão somente receberão tarifa regulada de O&M (Operação e Manutenção);
  - Redistribuição de toda energia dos geradores que renovaram através das cotas de energia para distribuidoras;
  - Repasse para as distribuidoras do risco/custo hidrológico, para posterior repasse aos consumidores via tarifa.
- Eliminação ou redução de determinados encargos setoriais;
- Retirada de subsídios da estrutura da tarifa, com aporte direto via CDE.

As novas tarifas passaram a vigorar a partir de 24 de janeiro de 2013 e, tendo em vista que as reduções das tarifas vieram acompanhadas de reduções proporcionais em encargos setoriais e nos custos de compra de energia e nos custos de transmissão, esta redução apresentou impacto neutro das margens da Companhia e no seu EBITDA.

Decreto 7.945/13

Com o objetivo de auxiliar as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país, o Governo Federal editou o Decreto 7.945/13 em março de 2013, que prevê o repasse, a estas companhias, de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

Este auxílio se fez necessário devido aos elevados custos com os quais as distribuidoras incorreram desde finais de 2012, em função dos seguintes fatores:

- Descontratação involuntária causada pela não adesão à renovação das concessões por alguns agentes de geração e consequente exposição ao mercado de curto prazo;
- Repasse para as distribuidoras do risco/custo hidrológico, para posterior repasse aos consumidores via tarifa;
- Despacho de usinas termoelétricas fora da ordem de mérito para garantir a segurança energética do sistema nacional.

Todos estes fatores, de acordo com a metodologia vigente de revisões e reajustes tarifários, seriam repassados ao consumidor final, no momento da revisão ou do reajuste tarifário do ano subsequente. No entanto, tendo em vista os elevados custos incorridos, o Governo Federal decidiu lançar mão desta medida para evitar restrições de liquidez e situações de pressão no caixa das distribuidoras..

Reajuste Anual Tarifário de 2013

O Reajuste Tarifário da Ampla Energia de 2013, com vigência a partir do dia 15 de março de 2013, estabeleceu um aumento nas tarifas de 12,23%, sendo o efeito médio a ser percebido pelo mercado cativo da Companhia foi um aumento de 12,13%, tendo em vista a retirada da tarifa dos componentes financeiros oriundos do reajuste tarifário anual anterior.

Rel Administração

PRINCIPAIS INDICADORES

DESTAQUES DO PERÍODO

	2013	2012	Var. %
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	10.790	10.472	3,0%
Receita Bruta (R$ mil)	5.234.954	5.465.278	-4,2%
Receita Líquida (R$ mil)	3.849.432	3.690.989	4,3%
EBITDA(1) (R$ mil)*	967.608	883.038	9,6%
Margem EBITDA (%)*	25,14%	23,92%	1,22 p.p
EBIT(2) (R$ mil)*	748.261	706.408	5,9%
Margem EBIT (%)*	19,44%	19,14%	0,30 p.p
Lucro Líquido (R$ mil)	515.059	493.376	4,4%
Margem Líquida (%)	13,38%	13,37%	0,01 p.p
CAPEX (R$ mil)*	462.427	460.024	0,5%
DEC (12 meses)*	20,10	17,58	14,3%
FEC (12 meses)*	9,79	9,26	5,7%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	99,43%	97,89%	1,54 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	19,76%	19,63%	0,13 p.p
Nº de Consumidores Totais*	2.812.446	2.712.359	3,7%
Nº de Colaboradores (Próprios)	1.136	1.138	-0,2%
MWh/Colaborador*	9.452	8.971	5,4%
MWh/Consumidor*	3,90	3,91	-0,3%
PMSO (3)/Consumidor	203,92	171,49	18,9%
Consumidor/Colaborador*	2.476	2.383	3,9%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (2) EBIT: Resultado do Serviço e (3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

DESEMPENHO OPERACIONAL

NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNID.)*

	2013	2012	Var. %
Mercado Cativo	**2.487.210**	**2.398.287**	**3,7%**
Residencial - Convencional	1.972.861	1.899.196	3,9%
Residencial - Baixa Renda	279.658	269.357	3,8%
Industrial	4.653	4.681	-0,6%
Comercial	148.542	145.783	1,9%
Rural	64.770	63.088	2,7%
Setor Público	16.726	16.182	3,4%
Clientes Livres	**48**	**41**	**17,1%**
Industrial	32	29	10,3%
Comercial	16	12	33,3%
Revenda	13	13	-
Subtotal - Consumidores Efetivos	**2.487.271**	**2.398.341**	**3,7%**
Consumo Próprio	319	365	-12,6%
Consumidores Ativos sem Fornecimento	324.856	313.653	3,6%
Total - Número de Consumidores	**2.812.446**	**2.712.359**	**3,7%**

A Ampla Energia encerrou o ano de 2013 com 2.812.446 unidades consumidoras (“consumidores”), 3,7% superior ao número de consumidores registrado ao final de 2012. Esse crescimento representa um acréscimo de 100.087 novos consumidores à base comercial da Companhia. O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial (convencional e baixa renda, conjuntamente), com mais 83.966 novos consumidores.

Essa evolução representa, em essência, o crescimento vegetativo do mercado cativo da Ampla Energia, reflexo dos investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia. Esses investimentos totalizaram o montante de R$ 141 milhões nos últimos 12 meses.

Em termos de consumidores efetivos, a Companhia encerrou o ano de 2013 com 2.487.271 consumidores, um incremento de 3,7% em relação ao ano de 2012. Os consumidores efetivos representam o total dos consumidores excluindo-se as unidades de consumo próprio e os consumidores ativos sem fornecimento.

A Companhia fechou 2013 com 48 clientes livres, um acréscimo de 7 novos clientes, que representa um incremento de 17,1% em relação ao número registrado no fechamento de 2012.

Rel Administração

ampla
uma empresa endesa brasil

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)*

	2013	2012	Var. %
Mercado Cativo	9.192	8.968	2,5%
Clientes Livres	1.598	1.504	6,3%
Total - Venda e Transporte de Energia	**10.790**	**10.472**	**3,0%**

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Ampla Energia no ano de 2013 foi de 10.790 GWh, o que representa um incremento de 3,0% (+318 GWh) em relação ao ano de 2012, cujo volume foi de 10.472 GWh. Esta variação é o efeito combinado de (i) um incremento observado no mercado cativo da Companhia de 2,5% (+224 GWh) em 2013 em relação a 2012 (9.192 GWh versus 8.968 GWh), impulsionado, ainda, por (ii) um maior volume de energia transportado para os clientes livres, cujo montante, em 2013, foi de 1.598 GWh, 6,3% superior ao registrado em 2012 (+94 GWh). Essa energia (transportada) gera uma receita para a Ampla Energia através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*

	2013	2012	Var. %
Residencial - Convencional	4.071	3.915	4,0%
Residencial - Baixa Renda	465	417	11,5%
Industrial	991	1.058	-6,3%
Comercial	2.081	2.052	1,4%
Rural	236	234	0,9%
Setor Público	1.348	1.292	4,3%
Revenda	428	420	6,5%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	**9.620**	**9.370**	**2,7%**

O mercado cativo da Companhia apresentou uma evolução de 2,5% no ano de 2013 quando comparado ao ano de 2012. Somente a classe industrial apresentação retração de consumo, em função da migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre.

INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE

	2013	2012	Var. %
DEC 12 meses (horas)	20,10	17,58	14,3%
FEC 12 meses (vezes)	9,79	9,26	5,7%
Perdas de Energia 12 meses (%)	19,76%	19,63%	0,13 p.p
Índice de Arrecadação 12 meses (%)	99,43%	97,89%	1,54 p.p
MWh/Colaborador	9.452	8.971	5,4%
MWh/Consumidor	3,90	3,91	-0,3%
PMSO/Consumidor	203,92	171,49	18,9%

(1)PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Os indicadores DEC e FEC medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Ampla. Eles refletem:

DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora): a duração média em que os consumidores da Companhia tiveram o seu fornecimento de energia interrompido. Medido em horas por período (no caso, horas nos últimos 12 meses).

FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora): a frequência média em que os consumidores da Companhia tiveram o seu fornecimento de energia interrompido. Medido em vezes por período (no caso, vezes nos últimos 12 meses).

A Ampla Energia encerrou o ano de 2013 com DEC de 20,10 horas, índice 14,3% superior ao registrado no ano de 2012, de 17,58 horas. O FEC alcançou o patamar de 9,79 vezes, o que representa um incremento de 5,7% em relação a 2012, que fechou em 9,26 vezes. A Ampla Energia investiu R$ 108 milhões em qualidade do sistema no ano de 2013.

As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram o valor de 19,76% em 2013, um percentual superior de 0,13 p.p. em relação às perdas registradas em 2012, de 19,63%. Em 2013, foram investidos no combate às perdas o montante de R$ 100 milhões.

Em relação ao índice de arrecadação TAM (valores arrecadados sobre valores faturados, em 12 meses), o mesmo encerrou 2013 em 99,43%, percentual superior de 1,54 p.p. em relação ao encerramento de 2012, de 97,89%.

Os indicadores MWh/colaborador e MWh/consumidor refletem a produtividade da Companhia, em termos de geração de valor pela força de trabalho (colaboradores) e em termos de geração de valor pela base comercial (consumidores).

A Ampla Energia encerrou o ano de 2013 com o indicador de MWh/colaborador de 9.452, índice 5,43% superior que o valor de 2012, de 8.971. O indicador de MWh/consumidor alcançou o patamar de 3,90, o que representa uma redução de 0,3% em relação a 2012, que encerrou em 3,91.

Rel Administração

O indicador PMSO/consumidor, que busca avaliar a eficiência de custos pela base comercial da Companhia, alcançou o valor de R$203,92/consumidor em 2013, o que representa um incremento de 18,9% em relação ao ano anterior, que fechou em R$171,49/consumidor.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R$ MIL) E MARGENS (%)

	2013	2012	Var. %
Receita Operacional Bruta	5.234.954	5.465.278	-4,2%
Deduções à Receita Operacional	(1.385.522)	(1.774.289)	-21,9%
Receita Operacional Líquida	3.849.432	3.690.989	4,3%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(3.101.171)	(2.984.581)	3,9%
EBITDA	**967.608**	**883.038**	**9,6%**
Margem EBITDA	*25,14%*	*23,92%*	*1,22 p.p*
EBIT	748.261	706.408	5,9%
Margem EBIT	*19,44%*	*19,14%*	*0,30 p.p*
Resultado Financeiro	29.892	58.488	-48,9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(263.094)	(271.520)	-3,1%
Lucro Líquido	**515.059**	**493.376**	**4,4%**
Margem Líquida	*13,38%*	*13,37%*	*0,01 p.p*
Lucro por Lote de Mil Ações (R$/lote de mil ações)	0,131	0,126	4,4%

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da Ampla Energia alcançou, em 2013, R$ 5.235 milhões, uma redução de 4,2% em relação ao ano de 2012, de R$ 5.465 milhões (-R$ 230 milhões). Esse incremento é o efeito líquido dos seguintes fatores:

	2013	2012	Var. %
Fornecimento de Energia	4.342.378	4.616.520	-5,9%
Baixa Renda	61.198	71.348	-14,2%
Subvenção CDE - Desconto Tarifário	94.458	-	-
Fornecimento de Energia Total	**4.498.034**	**4.687.868**	**-4,0%**
Suprimento de Energia Elétrica	39.902	59.608	-33,1%
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	182.657	252.127	-27,6%
Receita - IFRIC 12*	444.206	403.646	10,0%
Outras Receitas	70.155	62.029	13,1%
Total - Receita Operacional Bruta	**5.234.954**	**5.465.278**	**-4,2%**

Variações relevantes

Fornecimento de Energia Elétrica (redução de 5,9%; R$ 275 milhões): Esta redução está associada à (i) Revisão Tarifária Extraordinária (RTE), aplicada a partir de 24 de janeiro de 2013, em função da Lei 12.783/13, que reduziu as tarifas da Ampla Energia e demais distribuidoras brasileiras em 20% em média. Este efeito foi parcialmente compensado pelo (ii) Reajuste Tarifário Anual de 2013, que incrementou as tarifas em 12,13% em média, a partir de 15 de abril de 2013 e pelo (iii) aumento de 2,5% no volume de energia vendida para o mercado cativo da Companhia (9.192 GWh no 2013 versus 8.968 GWh no 2012). Destaca-se, ainda, o recebimento de subvenção da CDE em função da extinção da compensação de subsídio existentes nas tarifas de determinadas classes de consumidores, ocasionada pela Lei 12.783/13. O valor contabilizado, referente ao recebimento desta subvenção, foi de R$ 26 milhões no 4T13. No ano de 2013, as compensações contabilizadas nesta rubrica alcançaram o montante de R$ 94 milhões.

Receita pela disponibilidade da rede elétrica (redução de 27,6%; -R$ 69 milhões): A redução verificada deve-se, principalmente, à (i) Revisão Tarifária Extraordinária (RTE), aplicada a partir de 24 de janeiro de 2013, em função da Lei 12.783/13, que reduziu a TUSD dos consumidores livres da Ampla.

Excluindo-se o efeito da receita operacional - IFRIC 12, a receita operacional bruta da Companhia, em 2012, alcançou o montante de R$ 4.791 milhões, o que representa uma redução de 5,3% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R$ 5.062 milhões (-R$ 271 milhões).

*A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero *(contabilizando-se o mesmo valor na receita e na despesa)*, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Deduções à Receita Operacional

As deduções da receita apresentaram redução de 21,9% em relação ao ano anterior, alcançando -R$ 1.386 milhões em 2013, contra -R$ 1.774 milhões no ano de 2012 (-R$ 389 milhões). Esse incremento é o efeito das seguintes variações:

	2013	2012	Var. %
ICMS	(1.109.834)	(1.178.219)	-5,8%
PIS	(48.210)	(51.811)	-7,0%
COFINS	(167.513)	(238.645)	-29,8%
ISS	(2.832)	(2.245)	26,1%
Quota Reserva Global de Reversão - RGR	11.198	(67.046)	-116,7%
Subvenções CCC e CDE	(34.468)	(194.265)	-82,3%
Programa de Eficiência Energética e P&D	(33.675)	(32.422)	3,9%
Encargo de Capacidade/Aquisição Emergencial/Outros	(188)	(9.636)	-98,0%
Total - Deduções da Receita	**(1.385.522)**	**(1.774.289)**	**-21,9%**

ICMS, PIS e COFINS (redução de 9,7%; R$ 143 milhões): Esta variação deve-se, principalmente ao crédito de PIS/COFINS sobre receita financeira em ação judicial com trânsito em julgado que reconheceu a inconstitucionalidade do art. 3º, § 1º, da Lei nº 9.718/98, ao majorar a respectiva base de cálculo. Além disso, reflete a redução da base de cálculo para apuração destes tributos (atrelada à receita da Companhia), em função, basicamente, da redução das tarifas pela RTE oriunda da Lei 12.783/13, a partir de 24 de janeiro de 2013. O percentual destes tributos sobre a base de cálculo continua em linha com o ano de 2012.

Encargos Setoriais, especialmente RGR, CCC e CDE (redução 81,2%; de R$ 246 milhões): A redução acima mencionada se deve, principalmente, a extinção dos encargos Reserva Global de Reversão – RGR, Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC e a redução de 75% no encargo Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, em função da Lei 12.783/13. Destaca-se, ainda, o lançamento de R$ 11,2 milhões na conta da RGR em 2013. Este valor refere-se à reversão do saldo provisionado (passivo) até dezembro de 2012, em função da extinção do referido encargo pela mesma referida Lei.

Custos do Serviço e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais em 2013 alcançaram -R$ 3.101 milhões, um incremento de 3,9% em relação ao ano de 2012, de -R$ 2.985 milhões (-R$ 116 milhões). Este incremento é o efeito das seguintes variações:

	2013	2012	Var. %
Custos e despesas não gerenciáveis			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.509.634)	(1.434.233)	5,3%
Taxa de Fiscalização da ANEEL	(7.728)	(8.341)	-7,3%
Encargos de Uso/de Serviço do Sistema	(253.513)	(438.797)	-42,2%
Total - Não gerenciáveis	**(1.770.875)**	**(1.881.371)**	**-5,9%**
Custos e despesas gerenciáveis			
Pessoal	(153.203)	(151.747)	1,0%
Material e Serviços de Terceiros	(283.482)	(265.911)	6,6%
Custo na Desativação de Bens	(93.242)	(57.795)	61,3%
Depreciação e Amortização	(219.347)	(176.630)	24,2%
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	(62.300)	(77.253)	-19,4%
Provisão para Contingências	(43.860)	74.387	-159,0%
Custo de Construção (IFRIC 12)	(444.206)	(403.646)	10,0%
Outras Despesas Operacionais	(30.656)	(44.615)	-31,3%
Total – Gerenciáveis	**(1.330.296)**	**(1.103.210)**	**20,6%**
Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional	**(3.101.171)**	**(2.984.581)**	**3,9%**

Variações relevantes

Energia Elétrica comprada para revenda (aumento de 5,3%; -R$ 74 milhões): O aumento acima mencionado se deve aos seguintes fatores: (i) incremento no volume de energia comprada (CCEARs, Bilaterais e Mercado de Curto Prazo) entre 2013 e 2012, (ii) reajuste de preço dos contratos de compra de energia vigentes ocorridos entre os períodos (principalmente pelo índice de inflação IPCA; 75% dos contratos são CCEARs), (iii) a uma maior tarifa média (mix) de compra de energia, devido à entrada de novos contratos, especialmente de térmicas, que possuem uma tarifa mais elevada, (iv) aumento do custo variável pago às térmicas despachadas dentro da ordem de mérito pelo ONS, para garantir o nível mínimo dos reservatórios nacionais, (v) maior exposição ao mercado de curto prazo, tendo em vista o cenário de descontratação involuntária, ocasionado pela redistribuição das cotas em função da Lei 12.783/13 e por projetos térmicos postergados ou cancelados, e (vi) repasse do risco hidrológico das geradoras com concessões renovadas pela Lei 12.783/13 para o consumidor final. Estes acréscimos foram parcialmente compensados pela redução das tarifas de compras de energia das concessões de geração renovadas pela Lei 12.783/13 e os itens (v) e (vi), especialmente, foram parcialmente compensados pelos repasses da CDE, em função do Decreto 7.945/13. A compensação contabilizada alcançou o montante de R$ 151 milhões no ano de 2013. Em 2013, adicionalmente, foram registrados, nesta rubrica, os repasses, via CDE, de CVAs passadas, que seriam recuperadas via tarifa, no montante de R$ 83 milhões (sendo todo este valor registrado no 1T13).

Encargo do Uso da Rede Elétrica/Encargo do Sistema – ESS (redução de 42,2%; +R$ 185 milhões): Esta variação decorre da (i) redução do encargo de uso da rede elétrica, tendo em vista a renovação das concessões de transmissão pela Lei 12.783/13, que promoveu uma significativa redução no custo de transmissão para as distribuidoras. Esta redução foi parcialmente compensada por um (ii) incremento no encargo de serviço do sistema ESS, em função do maior despacho pelo ONS de usinas térmicas fora da ordem de mérito no período, tendo em vista a redução do nível dos reservatórios nacionais. O item (ii) foi compensado pelos repasses da CDE, em função do Decreto 7.945/13. No ano de 2013, as compensações contabilizadas nesta rubrica alcançaram o montante de R$ 97 milhões. Em 2013, adicionalmente, foram registrados, nesta rubrica, os repasses, via CDE, de CVAs passadas, que seriam recuperadas via tarifa, no montante de R$ 30 milhões (sendo todo este valor registrado no 1T13).

Custo na Desativação de Bens (incremento de 61,3%; -R$ 35 milhões): O aumento observado deve-se, principalmente, ao ajuste de R$ 74 milhões para adequação dos saldos contábeis dos ativos da Companhia aos seus respectivos montantes físicos, realizado até setembro de 2013, compensado em parte por menores desativações em 2013 em relação a 2012.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (redução de 19,4%; +R$ 15 milhões): a redução desta despesa decorre de ajuste na provisão para créditos de liquidação duvidosa e visa contemplar o montante de créditos que a Companhia julga ser de recebimento improvável.

Provisão para Contingências (incremento de 159,0%; -R$ 118 milhões): Durante o exercício de 2012 foi concluído processo junto à Enertrade, de forma irretratável e irrevogável, resultando na reversão da provisão que estava constituída, impactando o resultado da Companhia em R$ 102 milhões.

Excluindo-se o efeito do custo operacional - IFRIC 12, os custos e despesas gerenciáveis da Companhia, em 2013, alcançaram o montante de -R$ 886 milhões, o que representa um incremento de 26,7% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de -R$ 700 milhões (-R$ 186 milhões).

EBITDA e Margem EBITDA

Com base nas variações acima expostas, o EBITDA da Ampla Energia no ano de 2013, atingiu o montante de R$ 968 milhões, o que representa um incremento de 9,6% em relação ao ano de 2012, cujo montante foi de R$ 883 milhões (+R$ 85 milhões). A margem EBITDA da Companhia em 2013 foi de 25,14%, o que representa uma evolução de 1,22 p.p. em relação a 2012, de 23,92%.

De acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, a divulgação do cálculo do EBITDA e do EBIT deve ser acompanhada da conciliação dos valores que os compõem, constantes das demonstrações contábeis da companhia. De acordo com o artigo 10 da referida instrução, a mesma produz efeito nas divulgações a partir de 1º de janeiro de 2013. Assim, segue abaixo a conciliação dos cálculos acima citados:

	2013	2012	Var. %
Lucro Líquido do Período	515.059	493.376	4,4%
(+) Tributo sobre o Lucro	263.094	271.520	-3,1%
(+) Resultado Financeiro	(29.892)	(58.488)	-48,9%
(=) EBIT	748.261	706.408	5,9%
(+) Depreciações e Amortizações	219.347	176.630	24,2%
(=) EBITDA	967.608	883.038	9,6%

Resultado Financeiro

O resultado financeiro da Ampla Energia, no ano de 2013, ficou em R$ 30 milhões, uma redução de 48,9% em relação ao ano anterior, de R$ 58 milhões (-R$ 28 milhões). Esta redução é o efeito líquido das seguintes variações:

	2013	2012	Var. %
Receitas Financeiras			
Renda de Aplicação Financeira	14.252	11.579	23,1%
Multas e Acréscimos Moratórios	51.939	54.638	-4,9%
Receita Ativo Indenizável	183.165	307.410	-40,4%
Outras Receitas Financeiras	111.714	10.758	-
Total - Receitas Financeiras	**361.070**	**384.385**	**-6,1%**
Despesas financeiras			
Encargos de Dívidas	(110.191)	(125.675)	-12,3%
Atualização Financeira de provisão para contingências	(45.565)	(47.032)	-3,1%
Encargo de Fundo de Pensão	(45.200)	(49.984)	-9,6%
Multas e Acréscimos Moratórios	(21.295)	(12.774)	66,7%
Variações Monetárias	(37.287)	(28.327)	31,6%
Indenizações DIC / FIC	(29.589)	(20.259)	46,1%
IOF	(5.263)	(3.135)	67,9%
Outras Despesas Financeiras	(36.788)	(38.711)	-5,0%
Total - Despesas Financeiras	**(331.178)**	**(325.897)**	**1,6%**
Total - Receitas e Despesas Financeiras	**29.892**	**58.488**	**-48,9%**

Variações relevantes

Receita do Ativo Indenizável (redução de 40,4%; R$ 124 milhões): A redução observada se deve, basicamente, ao registro contábil de um maior ativo e receita financeira, tendo em vista a mudança de metodologia de avaliação do ativo indenizável, pela Medida Provisória nº 579, citada anteriormente. A nova metodologia passou a ter como base o Valor Novo de Reposição – VNR. Além desse efeito, teve-se um incremento significativo das ativações no período, por conta da revisão tarifária de 2014 e atualização da base pelo IGPM, o que também gera um incremento da base de ativo indenizável.

Outras Receitas Financeiras (incremento de R$ 101 milhões): O incremento deve-se, principalmente, a atualização financeira no valor de R$ 77 milhões sobre o crédito de PIS/ COFINS reconhecido em decisão judicial definitiva na ação ordinária que defendeu a inconstitucionalidade do art. 3°, § 1º da Lei nº 9.718/98 ao majorar a base de cálculo do PIS e COFINS.

IR/CSLL

As despesas com Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em 2013 registraram -R$ 263 milhões, uma redução de 3,1% em relação ao ano anterior, de -R$ 272 milhões (+R$ 65 milhões), em função de maiores adições/reduções permanentes na base de apuração dos tributos ocorrida em 2012.

	2013	2012	Var. %
IR e CSLL	(263.094)	(271.520)	-3,1%
Total - IR/CSLL	**(263.094)**	**(271.520)**	**-3,1%**

Lucro Líquido e Margem Líquida

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Ampla Energia registrou em 2013 um lucro líquido de R$ 515 milhões, valor 4,4% superior ao registrado no ano de 2012, que foi de R$ 493 milhões (+R$ 22 milhões). Desta forma, a Margem Líquida em 2013 alcançou 13,38%.

ENDIVIDAMENTO

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

	2013	2012	Var. %
Dívida bruta (R$ mil)	1.526.026	1.356.157	12,5%
(-) Disponibilidades - Caixa e Equivalentes (R$ mil)	236.986	51.738	-
Dívida líquida (R$ mil)	1.289.040	1.304.419	-1,2%
Dívida bruta / EBITDA	1,58	1,54	2,6%
EBITDA(3) / Encargos de Dívida	8,78	7,03	24,9%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,37	0,40	-7,5%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,33	0,39	-15,4%

(1) EBITDA e Encargo de Dívida acumulado nos últimos 12 meses

A dívida financeira bruta da Ampla Energia encerrou o ano de 2013 em R$ 1.526 milhões, um incremento de 12,5% em relação ao ano de 2012, que foi de R$ 1.356 milhões (+R$ 170 milhões). Este incremento deve-se, basicamente, à: (i) captação de R$ 130 milhões com o Banco do Brasil para reforçar o Capital de Giro, (ii) captações de dívidas com o BNDES no valor de R$ 355 milhões, (iii) resgate antecipado total referente à 2ª série da 5º emissão de debêntures no valor de R$ 167 milhões, e (iv) amortização e liquidações de dividas bancárias no montante de R$ 186 milhões.

A Ampla Energia encerrou o 2013 com o custo médio da dívida em 10,77% a.a., ou CDI + 2,62% a.a.*

Em setembro de 2013, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Standard & Poor's procedeu com o upgrade do *rating* corporativo da Companhia de brAA- para brAA (escala nacional) e de BB para BB+ (escala internacional) ambas com perspectiva estável, refletindo a melhora do perfil de risco financeiro da Companhia, bem como uma política financeira prudente e uma flexibilidade financeira adequada.

INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS (R$ MIL)*

	2013	2012	Var. %
Investimentos por Demanda	220.231	186.068	18,4%
Novas Conexões	141.466	152.742	-7,4%
Atendimento à Demanda	78.765	33.326	136,3%
Qualidade do Sistema Elétrico	108.155	67.086	61,2%
Combate às Perdas	99.809	185.515	-46,2%
Outros	34.232	21.355	60,3%
Total Investido	**462.427**	**460.024**	**0,5%**
Aportes / Subsídios	(5.680)	(20.216)	-71,9%
Investimento Líquido	**456.747**	**439.808**	**3,9%**

Rel Administração

Os investimentos realizados pela Ampla Energia em 2013 alcançaram R$ 462 milhões, um acréscimo de 0,5% (+R$ 2 milhões) em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R$ 460 milhões. O maior volume, em 2013, foi direcionado aos investimentos em novas conexões, que representou R$ 141 milhões de todo o valor investido no período mencionado.

Excluindo os aportes e subsídios realizados, os investimentos líquidos realizados pela Ampla Energia atingiram R$ 458 milhões em 2013, montante 3,9% superior ao realizado em 2012 (de R$ 440 milhões).

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Para as empresas da Endesa Brasil, a sustentabilidade é compreendida com um conceito tridimensional, que integra comportamento responsável nos aspectos sociais, ambientais e econômicos. Os objetivos, metas e indicadores são estabelecidos por meio de planejamento estratégico e monitorados nas diversas áreas da empresa, em alinhamento com os compromissos para o desenvolvimento sustentável.

Na Ampla, as ações socioambientais são baseadas no relacionamento com as comunidades das áreas de concessão e têm o foco em projetos de educação para o consumo consciente, eficiência energética e cultura. Por meio do programa Consciência Ampla, criado em 2009, a empresa desenvolve 10 projetos para as comunidades de sua área de atuação beneficiando crianças, jovens, adultos.

A empresa desenvolve ainda projetos de formação para o trabalho, geração de renda e assistência social. Todos os projetos são apoiados pela Rede de Lideranças Comunitárias criada pela companhia e que tem como objetivo ser a interlocutora da empresa com as comunidades atendidas, de modo a facilitar o entendimento das necessidades e expectativas das comunidades para o desenvolvimento dos projetos.

Em 2013 os projetos socioambientais da ampla beneficiaram mais de 264 mil pessoas com um investimento de R$ 19,2 milhões.

Entre os projetos realizados em 2013, destacam-se:

Consciência Ecoampla: o programa, criado em 2007, permite que os clientes cadastrados troquem resíduos por bônus na conta de energia elétrica. Em 2013 foram cadastrados 6.974 clientes e arrecadadas 721 toneladas de resíduos, com a distribuição de R$ 124 mil em bônus na conta de energia. Desde sua criação, o programa já permitiu a destinação correta de 3.936 toneladas de resíduos.

Consciência Ampla Saber: Programa dirigido a clientes residenciais, é composto por palestras, oficinas, visitas domiciliares de agentes comunitários da Ampla e troca de lâmpadas não eficientes por outras mais eficientes. Suas ações tem o foco na educação para o consumo consciente de energia. Em 2013 mais de 91 mil pessoas foram beneficiadas pelo projeto.

Consciência Ampla Eficiente: As atividades englobam troca de instalações elétricas e refrigeradores de clientes de baixa renda, além de modernização de sistemas de iluminação, climatização e aquecimento em hospitais, escolas e no setor público. Em 2013 foram trocadas geladeiras de 11.027 clientes de baixa renda.

Consciência Ampla Cultural: Festival de Educação e Cultura com entrada gratuita para a comunidade, que mostra um pouco da cultura regional do nosso país, realiza oficinas, debates com renomados artistas, sessões de contação de história e traz a temática do consumo eficiente de energia. Em 2013 foram beneficiadas 5.775 pessoas.

Em 2013 a companhia manteve seu sistema de gestão ambiental certificado pela ISO 14001. Para a conscientização ambiental e engajamento dos colaboradores no tema, a companhia realiza continuamente atividades de educação ambiental em datas relevantes, a exemplo do Dia Mundial da Água, Dia Mundial da Árvore e Dia Mundial do Meio Ambiente.

RECONHECIMENTOS

Prêmio Nacional da Qualidade 2013: Pelo oitavo ano consecutivo, a Ampla participou do Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ). Em 2013 a empresa se destacou entre as finalistas do prêmio.

Prêmio Qualidade Rio (PQRio) 2013: Em função de seu ótimo desempenho no Prêmio Nacional da Qualidade 2013 – no qual alcançou a posição de Finalista -, a Ampla obteve o reconhecimento máximo no Prêmio Qualidade Rio (PQRio), recebendo o Troféu Medalha Ouro.

Prêmio ÉPOCA ReclameAQUI - As Melhores Empresas para o Consumidor 2013: A Ampla conquistou o segundo lugar no Prêmio 'ÉPOCA ReclameAQUI – As Melhores Empresas para o Consumidor 2013. Após ter sido classificada como finalista na primeira fase, a distribuidora foi para a segunda etapa, onde os consumidores cadastrados no site Reclame AQUI votaram nas melhores de cada categoria.

Ranking Exame IBRC 2013: A Ampla foi premiada pela primeira vez como a Melhor Empresa do Setor Elétrico em Atendimento ao Cliente de acordo com o Ranking Exame IBRC de Atendimento 2013. O prêmio comprova o compromisso da Ampla em conquistar um nível de excelência na satisfação dos clientes.

Prêmio Abradee 2013: A Ampla foi finalista na categoria Qualidade da Gestão. Nessa categoria foi avaliado o relatório da gestão para o Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ) da Fundação Nacional da Qualidade.

Great Place to Work (GTPW): Pela quarta vez a Ampla ficou entre as “100 melhores para Trabalhar no Brasil”.

Rel Administração

150 Melhores Empresas para se Trabalhar, pela Revista EXAME: Em setembro de 2013, a Ampla foi classificada pela quinta vez entre as 150 Melhores Empresas para se Trabalhar no Brasil.

OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS

No dia 26 de dezembro de 2012, como parte da operação de aumento de capital da controladora indireta Enersis, a Endesa Latam foi cindida parcialmente, com versão de parcela do patrimônio para uma nova sociedade, denominada Cono Sur Participaciones S.L. ("Cono Sur"). Através da referida cisão, as 302.186.887.655 ações ordinárias de emissão da Ampla Energia, representativas de 7,70% do seu capital social, de propriedade da Endesa Latam foram transferidas, junto com outros ativos, para Cono Sur.

Em 01 de outubro de 2013, em decorrência de operação ocorrida no Chile, a sociedade Inversiones Sudamerica Limitada foi dissolvida e extinta de pleno direito por haver se tornado uma subsidiária integral da Enersis S.A. Em decorrência desta operação, todos os ativos de propriedade de Inversiones Sudamerica Limitada foram transferidos para a sua única acionista, a Enersis S.A., inclusive suas participações societárias na Endesa Brasil S.A., Ampla Energia e Serviços S.A. e Ampla Investimentos e Serviços S.A.

Em 21 de novembro de 2013 foi realizada operação de incorporação da Ampla Investimentos e Serviços S.A. e da Investluz S.A. pela Endesa Brasil S.A. Na mesma oportunidade, foi também aprovada a ampliação do limite da Reserva de Reforço de Capital de 80% (oitenta por cento) para 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, com a consequente a alteração do artigo 27, parágrafo primeiro, IV, do seu Estatuto Social.

Em 26 de novembro de 2013, foi realizada uma AGE da Companhia através das qual foi deliberado o aumento do capital social de R$ 998.230.386,65 para R$ 1.298.230.386,65, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte da Reserva de Reforço de Capital de Giro (reserva de lucros estatutária), no valor de R$ 300.000.000,00. Em consequência, foi alterado o caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instituição CVM n° 381, de 14 de janeiro de 2003, destacamos que a Companhia firmou contrato com a Ernst & Young Auditores Independentes, para prestação de serviços de auditoria de suas Demonstrações Financeiras Anuais e revisões das suas informações trimestrais para um período de 5 (cinco) anos, assim como contratou alguns serviços relativos à revisão de informações financeiras constantes em relatórios de uso especifico da empresa e suas contrapartes, tendo todos esses serviços a natureza de serviços de auditoria externa independente.

A Ernst &Young não prestou à Companhia serviços não-relacionados à auditoria independente.

A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo Endesa quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto ao auditor independente, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

Composição da Diretoria

- Marcelo Andrés Llévenes Rebolledo – Diretor Presidente
- Teobaldo José Cavalcante Leal – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
- Déborah Meirelles Rosa Brasil – Diretora Jurídica
- Carlos Ewandro Naegele Moreira – Diretor de Recursos Humanos
- José Alves de Mello Franco – Diretor de Regulação
- Bruno Golebiovski – Diretor Comercial
- Claudio Manuel Rivera Moya – Diretor Técnico
- Vago – Diretor de Planejamento e Controle
- Janaina Savino Vilella Carro – Diretora de Relações Institucionais e Comunicação
- Vago – Diretor Recuperacão e Mercado

Composição do Conselho de Administração

Conselheiros Efetivos

- Mario Fernando de Melo Santos
- Antônio Basilio Pires e Albuquerque
- Nelson Ribas Visconti
- José Távora Batista
- Ramón Francisco Castañeda Ponce
- José Alves Mello Franco
- Cristián Eduardo Fierro Montes
- Luciano Alberto Galasso Samaria
- Otacilio de Souza Junior

Contador Responsável

Lucas Morato Teixeira - CRC-MG 080486-O

Relações com Investidores

Teobaldo José Cavalcante Leal – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Hugo de Barros Nascimento – Responsável por Relações com Investidores

Rel Administração

ri@ampla.com
55 85 3453-4995
55 21 2613-7773

Niterói, 14 de Fevereiro de 2014.
A Administração

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

1. Informações gerais

A Ampla Energia e Serviços S.A. (“Companhia”), sociedade por ações de capital aberto registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com sede na Praça Leoni Ramos, 1, Niterói, Rio de Janeiro, controlada pela Endesa Brasil S.A., é uma concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e participar de pesquisas vinculadas ao setor energético, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Companhia tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 no Estado do Rio de Janeiro e 1 no Estado de Minas Gerais. A concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica se deu por meio do Contrato de Concessão de Distribuição nº 005/1996, de 9 de dezembro de 1996, da ANEEL, com vencimento para dezembro de 2026.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de fevereiro de 2014.

2. Principais políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Declaração de conformidade--Continuação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - *International Accounting Standards Board*.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas.

2.3. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data de transação a data das demonstrações financeiras são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.4. Informações por segmento

O Pronunciamento Técnico CPC 22 - Informações por segmento ("CPC 22"), requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da Companhia que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões *("chief operating decision maker"*), com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Informações por segmento--Continuação

A Administração efetuou a análise e concluiu que a Companhia opera com um único segmento - distribuição de energia - não sendo aplicável à divulgação específica de uma nota explicativa de “informações por segmento”.

2.5. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas. Com a finalidade de adequar as leituras ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa.

2.5.1. Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue mas não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

2.5.2. Receita de construção

A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão (“ICPC 01”) estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de construção (“CPC 17”) (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) - Receitas (“CPC 30”) (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Reconhecimento de receita--Continuação

2.5.2. Receita de construção--Continuação

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

2.5.3. Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

2.6.1. Ativo financeiro

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação.

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.6.1. Ativo financeiro--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de consumidores, concessionários e permissionários, concessão de serviço público (ativo indenizável) e cauções.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.6.1. Ativo financeiro--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.6.1. Ativo financeiro--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Ativos financeiros disponíveis para venda--Continuação

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.6.1. Ativo financeiro--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros--Continuação

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

2.6.1.1. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação, enquanto que aquelas com vencimento superior a três meses são normalmente classificadas como títulos e valores mobiliários.

2.6.1.2. Consumidores, concessionários e permissionários

As contas a receber de consumidores, concessionários e permissionários referem-se aos créditos de fornecimento de energia faturada, não faturada e energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE até a data do balanço e contabilizadas pelo regime de competência; sendo demonstradas pelo valor de realização. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não apresentarem um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.6.1. Ativo financeiro--Continuação

2.6.1.3. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É calculada com base nos valores de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para clientes com débitos relevantes. Está reconhecida em valor julgado pela Administração da Companhia como suficiente para atender às perdas prováveis na realização dos créditos.

2.6.2. Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

2.6.3. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.6.3. Passivos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantia (conta-corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Mantidos para negociação

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 38 (“CPC 38”), a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.6.3. Passivos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos e debêntures sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.6.4. Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.5. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.6.5. Valor justo de instrumentos financeiros--Continuação

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado; ou outros modelos de avaliação.

2.7. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumento financeiro derivativo representado por contrato de *swap*, visando proteção parcial a exposição da taxa CDI produzida por suas debêntures. O instrumento financeiro derivativo é reconhecido ao valor justo, sendo os ganhos ou perdas reconhecidos no resultado imediatamente. A Nota 34 inclui informações mais detalhadas sobre o instrumento financeiro derivativo contratado pela Companhia.

A Companhia não tem contratos derivativos com fins comerciais e especulativos.

2.8. Ativo indenizável (concessão)

O Contrato de Concessão de Distribuição nº 05/96 - ANEEL, de 9 de dezembro de 1996 celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Ampla Energia e Serviços S.A. (Concessionária - Operador), respectivamente, regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pelas Companhias, onde:

a) O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;

b) O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Ativo indenizável (concessão)--Continuação

c) Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e

d) O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, os quais fornecem orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

1. Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor Novo de Reposição (“VNR”) classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

2. Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com o Valor Novo de Reposição (“VNR”) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores, Nota 16.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Ativo indenizável (concessão)--Continuação

De acordo com a Lei n° 12.783/2013 (“Lei n° 12.783/13”), de 11 de janeiro de 2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente. Referido normativo teve sua aplicação inicial nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não afetando o resultado de exercícios anteriores.

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria, prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo seu valor justo quando do reconhecimento inicial, e após o reconhecimento inicial estes ativos financeiros são mensurados pelo seu custo amortizado.

Caso a Companhia seja ressarcida pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

Este ativo financeiro, representado pelo valor indenizatório da Companhia, está classificado como “disponível para venda”.

2.9. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.9. Imobilizado--Continuação

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.10. Ativo intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) - Ativo intangível (“CPC 04”), a ICPC 01 e a OCPC 05.

O ativo intangível está sendo amortizado de forma não linear e limitado ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou vida útil do bem relacionado, dos dois o menor. Esse ativo intangível é avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

2.11. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.11. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não financeiros--Continuação

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

2.12. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.13. Impostos

2.13.1. Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado

2.13.2. Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, onde o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.13. Impostos--Continuação

2.13.2. Impostos diferidos--Continuação

- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

2.13.3. Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando do valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- Quando do valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.14. Taxas regulamentares

Por atuar em um setor regulado, a Companhia está sujeita ao pagamento de algumas taxas regulamentares, que são registradas e demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas. As principais taxas regulamentares aplicáveis à Companhia são as seguintes:

2.14.1. Reserva Global de Reversão (“RGR”)

Refere-se à provisão dos valores a serem pagos à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, calculadas à base de 2,5% sobre o saldo de imobilizado (sem a aplicação da ICPC 01, conforme definido pela ANEEL), limitada a 3% da receita bruta de operações com energia elétrica. Tais valores são regulamentados em bases anuais através de despachos emitidos pela Superintendência de Fiscalização Econômica Financeira (SFF) da ANEEL. A partir de 1º de janeiro de 2013, a Lei n° 12.783 extinguiu a arrecadação do RGR.

2.14.2. Conta Consumo de Combustível (“CCC”)

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas; e subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados. A partir de 1º de janeiro de 2013, a Lei n° 12.783 extinguiu a arrecadação do CCC.

2.14.3. Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL. A partir de 1º de janeiro de 2013, a Lei n° 12.783 reduziu em 75% a arrecadação da CDE.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.14. Taxas regulamentares--Continuação

2.14.4. Programas de Eficiência Energética (“PEE”) - Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (“FNDCT”) e Empresa de Pesquisa Energética (“EPE”)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória (ROL Regulatória) para aplicação nesses programas.

2.14.5. Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (“TFSEE”)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

2.14.6. Encargo do Serviço do Sistema (“ESS”)

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil.

Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

2.15. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas (passivos).

2.16. Participação nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em consideração o alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. O valor atribuído a essa participação é registrado como despesa operacional.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.17. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (“CPC 25”) e na Interpretação Técnica ICPC 08 (R1) - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos (“ICPC 08”), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos, após destinação para reserva legal.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido.

2.18. Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina planos de previdência do tipo benefício definido a certos empregados, além de benefícios de assistência médica pós-emprego e gratificação na aposentadoria, os quais requerem que contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios pós-emprego são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.18. Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego--Continuação

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica e gratificação por aposentadoria são reconhecidos em outros resultados abrangentes, baseando-se em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, conforme detalhes divulgados na Nota 26.

Aplicação retrospectiva CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados

Em 13 de dezembro de 2012, a CVM editou a Deliberação nº 695/2012, que aprovou o documento de revisão do CPC referente ao pronunciamento CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (“CPC 33”).

Este pronunciamento técnico é aplicável a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação retrospectiva, de acordo com o pronunciamento CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Os principais impactos decorrentes da aplicação dessa norma são (i) a eliminação do critério do corredor (que não se aplica para a Companhia), (ii) o cálculo da estimativa do retorno dos ativos utilizando a mesma taxa de desconto utilizada no cálculo da obrigação atuarial e (ii) a apropriação de juros sobre o efeito limitador ao reconhecimento de ativo de benefício definido em planos com superávit que não seja passível de reconhecimento de acordo com as regras locais (os quais não produziram impacto retrospectivo relevante).

De acordo com o parágrafo 22 do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, quando uma mudança na política contábil é aplicada retrospectivamente, a Companhia deverá ajustar o saldo de abertura de cada componente do patrimônio líquido afetado para o período anterior mais antigo apresentado e os demais montantes comparativos divulgados para cada período anterior apresentado, como se a nova política contábil tivesse sempre sido aplicada.

Em virtude da adoção do CPC 33 não ter produzido efeitos relevantes nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não está apresentando os respectivos efeitos retrospectivos.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.19. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa (“CPC 03”), bem como as demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado (“CPC 09”).

2.20. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013

Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) foram revisados e tiveram a sua adoção obrigatória a partir de 1° de janeiro de 2013. Dada a natureza das modificações que foram realizadas e as operações da Companhia, a adoção desses pronunciamentos e interpretações mencionados abaixo não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

- CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (“CPC 18”)

A revisão do CPC 18 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 28 - *Investments in Associates*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*. O objetivo desse pronunciamento é prescrever a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas e define os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

- CPC 45 - Divulgações de Participações em Outras Entidades (“CPC 45”)

O CPC 45 contempla substancialmente a convergência com o texto do IFRS 12 - *Disclosure of Interests in Other Entities*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*. O objetivo desse pronunciamento é orientar a entidade quanto à forma de divulgação de informações sobre sua participação em outras entidades. Dessa forma, permite-se aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os riscos inerentes a essas participações e seus efeitos sobre sua a posição patrimonial e financeira, o seu desempenho financeiro e seus respectivos fluxos de caixa.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.20. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013--Continuação

► CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas (“CPC 36”)

A revisão do CPC 36 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 27 - *Consolidated and Separate Financial Statements*, que resultou na edição pelo IASB - *Internacional Accounting Standards Board* do IFRS 10 - *Consolidated Financial Statements*. O objetivo desse pronunciamento é estabelecer princípios para apresentação e elaboração de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades.

► CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (“CPC 46”)

O CPC 46 contempla substancialmente a convergência com o texto do IFRS 13 - *Fair Value Measurement*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*. O objetivo desse pronunciamento é: (i) definir valor justo; (ii) estabelecer em um único pronunciamento uma estrutura para a mensuração do valor justo; e (iii) estabelecer divulgações sobre mensurações do valor justo.

► CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (“CPC 33”)

A revisão do CPC 33 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 19 - *Employee Benefits*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*. O objetivo desse pronunciamento é estabelecer a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados. Para tanto, o pronunciamento requer que a entidade reconheça: (a) um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro; e (b) uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado em troca de benefícios a esse empregado. Para maiores detalhes vide Nota 2.18.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.21. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013

O International Accounting Standards Board - IASB emitiu e revisou as seguintes normas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras da Companhia:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

O IFRS 9 introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015). A Companhia não espera que o IFRS 9 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

- IFRIC 21 – Tributos

O IFRIC 21 fornece orientações de quando a Companhia deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015). A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

- Modificação à IAS 32 – CPC 32 – Compensação de Ativos e Passivos Financeiros

As revisões clarificam o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecido” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para a compensação (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015). A Companhia não espera que as modificações sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

- Modificações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 12 – CPC 36, CPC 45, CPC 32 – Entidades de Investimentos

Fornece uma exceção aos requisitos de consolidação para as Companhias que cumprem com a definição de Companhia de investimento de acordo com IFRS10.Essa exceção requer que as Companhias de investimentos registrem seus investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015). A Companhia não espera que as modificações sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.21. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013--Continuação

- Modificação à IAS 39 – CPC 38 – Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge

As modificações amenizam a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado com hedge atinge certos critérios (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015). A Companhia não espera que as modificações sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo CPC, a Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas --Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas --Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições me que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto de renda diferido ativo é reconhecido na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Benefícios pós-emprego

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e outros benefícios de assistência médica pós-emprego, e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas vide Nota 26.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

4. Decreto ANEEL nº 7.945/13

Em função das condições hidroenergéticas desfavoráveis no final de 2012 e no início de 2013, entre eles os baixos níveis nos reservatórios das usinas hidrelétricas, que atingiram os menores patamares desde 2001, o despacho das usinas térmicas está direcionado para o patamar máximo. Diante do exposto e considerando a exposição das concessionárias no mercado de curto prazo, decorrente da alocação das cotas de garantia física de energia e de potência, aliada à rescisão de contratos do 6º e 7º leilões de energia nova devido à revogação da autorização das usinas pela ANEEL, o custo de energia das distribuidoras teve um aumento expressivo em 2012 e início de 2013.

Devido a este cenário e considerando que as concessionárias de distribuição não tem gerência sobre esses custos, o governo brasileiro emitiu o Decreto nº 7.945/13, que determina o repasse de recursos da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético com a intenção de neutralizar parte dos problemas de caixa e resultado enfrentado pelas distribuidoras nesse período.

Os recursos cobertos por esse repasse de CDE totalizaram R$ 361.113 no exercício em 31 de dezembro de 2013 e estão relacionados aos seguintes eventos: (i) Encargos de Serviços do Sistema - ESS (despacho fora da ordem de mérito para segurança energética) no valor de R$ 97.313; (ii) risco hidrológico (Mecanismo de Realocação de Energia - MRE das cotas) no valor de R$ 13.319; (iii) exposição involuntária (Exposição ao Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (limitado ao montante não atendido pela alocação de cotas, no valor de R$ 137.463; e (iv) CVA ESS e Energia (valor integral ou parcial relativo ao encargo de serviço do sistema e à energia comprada para revenda), no valor de R$ 113.018. Do total destes recursos, foram recebidos R$ 357.982 até 31 de dezembro de 2013. Conforme CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais (“CPC 07”), esse montante foi reconhecido como uma compensação de custos incorridos, e contabilizado na rubrica “Recursos CDE – Decreto nº 7.945/2013”, no ativo circulante, em contrapartida à conta de resultado “Energia comprada para revenda”.

O montante total a receber de R$ 3.131 em 31 de dezembro de 2013, refere-se ao montante líquido referente as competências de abril a novembro de 2013 que será considerado nos repasses subsequentes conforme Nota Técnica nº 537 e o valor relativo a competência do mês de dezembro de 2013 que foi determinado pela Administração da Companhia com base em sua melhor estimativa, informações e regras divulgadas para fins de cálculo dos recursos cobertos pelo repasse CDE e respectivos mencionados acima, tendo em vista que os referidos valores ainda não foram definitivamente homologados pela ANEEL.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e contas correntes bancárias	**2.005**	7.219
Aplicações financeiras	**171.389**	13.594
Total de caixa e equivalentes de caixa	**173.394**	20.813

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são compostas da seguinte forma:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Aplicações diretas		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	**24.478**	-
Operações compromissadas	**56.722**	303
Total de aplicações diretas	**81.200**	303
Fundos de investimentos exclusivos		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	**43.859**	10.447
Operações compromissadas	**46.330**	2.844
Total de fundos de investimentos exclusivos	**90.189**	13.291
	171.389	13.594

As aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão em um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de seu valor. Dada a natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

6. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2013 e em 2012, as aplicações financeiras classificadas como títulos e valores mobiliários são compostas da seguinte forma:

	31/12/2013	31/12/2012
Fundos de investimentos não exclusivos	**8.375**	13.795
Fundos de investimentos exclusivos		
Títulos públicos	**36.444**	8.518
Cotas de fundos	**16.203**	7.338
Outros	**2.570**	1.274
Total de fundos de investimentos exclusivos	**55.217**	17.130
Total de títulos e valores mobiliários	**63.592**	30.925

Através de fundos de investimentos exclusivos, a Companhia aplica seus excedentes de caixa em títulos públicos pós-fixados e pré-fixados, além de outros instrumentos tradicionais de renda fixa com baixo risco de crédito e alta liquidez.

7. Consumidores, concessionários e permissionários--Continuação

a) Análise das contas a receber e demonstrativo do saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total 31/12/2013	Total 31/12/2012
Circulante					
Classe de consumidores:					
Residencial	**116.936**	**76.729**	**21.354**	**215.019**	241.852
Industrial	**35.952**	**4.947**	**14.147**	**55.046**	56.328
Comercial	**47.235**	**18.274**	**20.779**	**86.288**	86.480
Rural	**10.150**	**1.585**	**1.800**	**13.535**	13.597
Poder público iluminação pública	**45.012**	**18.489**	**18.838**	**82.339**	93.654
Serviço público	**5.396**	**407**	**56**	**5.859**	5.799
Revenda	**5.461**	**-**	**-**	**5.461**	4.966
Subtotal	**266.142**	**120.431**	**76.974**	**463.547**	502.676
Receita não faturada (d)	**153.075**	**-**	**-**	**153.075**	174.670
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	**-**	**-**	**4.136**	**4.136**	10.354
Contas a receber com partes relacionadas (e)	**54**	**-**	**-**	**54**	-
Outros créditos	**119**	**-**	**-**	**119**	250
Subtotal	**419.390**	**120.431**	**81.110**	**620.931**	687.950
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (b)	**-**	**-**	**-**	**(102.979)**	(107.213)
Total circulante	**419.390**	**120.431**	**81.110**	**517.952**	580.737
Não circulante					
Parcelamento de débitos (c)	**73.610**	**-**	**-**	**73.610**	77.701
Contas a receber com partes relacionadas (e)	**-**	**-**	**-**	**-**	235
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (b)	**-**	**-**	**-**	**(52.141)**	(49.538)
Total não circulante	**73.610**	**-**	**-**	**21.469**	28.398

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

7. **Consumidores, concessionários e permissionários**--Continuação

b) A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Saldos em 31 de dezembro de 2011	(163.431)
(Adição) reversão	(82.420)
Baixa	89.100
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(156.751)
(Adição) reversão	**(60.133)**
Baixa	**61.764**
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**(155.120)**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base nos critérios estabelecidos pela legislação regulatória aliada à análise dos riscos de perdas dos valores vencidos de clientes, questões judiciais e um percentual sobre dívidas parceladas. É considerada suficiente pela Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

c) Parcelamento de débitos

Os parcelamentos de débitos correspondem a contratos firmados entre a Companhia e seus clientes para a renegociação de contas de energia em atraso.

d) Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

e) Contas a receber com partes relacionadas

Os termos e condições envolvendo partes relacionadas encontram-se descritos na Nota 24.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

8. Consumidores baixa renda

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80kwh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliando a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 kWh, também segundo diretrizes da própria Lei n° 10.438/02.

Com o advento da Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 407/2010, e, posteriormente pela Resolução Normativa nº 414/2010, foram estabelecidos os novos critérios para o recebimento da Tarifa Social de Energia Elétrica pelos consumidores de baixa renda. De acordo com a nova regulamentação, não há mais qualquer critério de enquadramento por consumo, podendo obter o subsídio de baixa renda apenas aqueles que estejam cadastrados nos Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) ou consumidores que recebam o Benefício de Prestação Continuada - BPC.

Com base nas Resoluções Normativas ANEEL nº 407/2010 e nº 414/2010, fica estabelecido que a Eletrobras repassará mensalmente às distribuidoras o montante de subvenção para recompor os descontos concedidos aos consumidores de baixa renda enquadrados nos critérios das antigas Resoluções normativas ANEEL nº 246/2002 e nº 485/2004, subvenção essa advinda da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE. Em virtude dos critérios estabelecidos pelas resoluções mencionadas e calendário de recadastramento dos clientes que tem direito a receber o benefício, o saldo a receber em 31 de dezembro de 2013 é R$ 20.388 (R$ 14.852 em 2012).

9. Subvenção CDE - desconto tarifário

Valor a ser repassado pela Eletrobras, referente ao ressarcimento aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. Os recursos são oriundos da CDE, e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2013 é R$ 8.706 (nulo em 2012).

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

10. Tributos a compensar

	31/12/2013		31/12/2012	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda e contribuição social	**7.861**	-	7.685	-
ICMS	**40.545**	**50.048**	28.695	64.413
PIS e COFINS	**136.006**	**26.829**	5.559	26.286
Outros tributos	**2.387**	-	2.359	-
Total de tributos a compensar	**186.799**	**76.877**	44.298	90.699

O montante de imposto de renda e contribuição social a compensar refere-se a retenções de IRRF sobre aplicações financeiras, IRRF/CSLL retidas na fonte por órgãos públicos e de pagamentos de IRPJ e CSLL por estimativa mensal.

Do total de crédito de ICMS, no valor de R$ 90.593 em 31 de dezembro de 2013 (93.108 em 2012), registrado no ativo circulante e no ativo não circulante, sendo R$ 80.556 em 31 de dezembro de 2013 (R$ 83.071 em 2012) referente a Lei Complementar nº 102/00, que determina que o crédito do ICMS, quando se referir à aquisição de bens para o ativo fixo (conforme definido pela legislação fiscal) seja compensado em 48 meses no montante e o credito no valor de R$ 10.037 (R$ 10.037 em 2012) refere-se ao pedido de restituição de ICMS junto a SEFAZ sobre o processo da CEDAE.

Os valores classificados no ativo não circulante na linha de PIS e COFINS a compensar referem-se ao PIS e a COFINS semestralidade, com trânsito em julgado, oriundo de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nos 2.445/88 e 2.449/88 e o direito à restituição da diferença entre os valores pagos com base nos aludidos Decretos e aqueles devidos de acordo com a Lei Complementar nº 07/70.

No ativo circulante estão classificadas as antecipações de PIS/COFINS relativas aos anos de 2008 a 2011 e as retenções de órgãos públicos conforme Lei nº 9.430/96, no valor de R$ 5.167 em 31 de dezembro de 2013 (R$ 5.559 em 2012) e o direito ao crédito referente a ação ordinária que defendia a inconstitucionalidade do art. 3°, § 1º da Lei nº 9.718/98 ao majorar a base de cálculo do PIS e COFINS, no valor de R$ 130.839 em 31 de dezembro de 2013, dos quais R$ 76.966 referem-se a atualização financeira.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

11. Cauções e depósitos

		31/12/2013		31/12/2012	
Instituição	Tipo de aplicação	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Bradesco Premium	Fundo de investimento	**-**	**-**	-	8.027
Itaú-Unibanco Top DI	Fundo de investimento	**27.564**	**-**	28.022	-
Bradesco	CDB	**-**	**64**	-	-
Total		**27.564**	**64**	28.022	8.027

As aplicações e depósitos em garantia correspondem a aplicações e valores vinculados a contratos de aquisição de energia elétrica. O saldo aplicado no Itaú FI Unibanco TOP DI refere-se a recursos retidos de fornecedores, para constituição de garantias à Companhia, conforme cláusulas contratuais.

12. Energia livre e encargo emergencial

	31/12/2013			31/12/2012		
Ativos	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Encargo emergencial	**2.775**	**-**	**2.775**	2.797	-	2.797
Passivos						
Energia livre	**28.995**	**4.572**	**33.567**	26.615	4.217	30.832
Encargo emergencial	**874**	**-**	**874**	874	-	874
Total de passivos	**29.869**	**4.572**	**34.441**	27.489	4.217	31.706

Energia livre

A Resolução ANEEL nº 387/2009 estabeleceu a metodologia de cálculo dos saldos da Energia Livre e da Perda de Receita, após o encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE nas tarifas de fornecimento. Através da Resolução, a ANEEL alterou a metodologia que foi aplicada durante todo o período pós-racionamento. Com a publicação do Despacho ANEEL/SFF nº 1.068/2011, foram fixados os montantes finais do Repasse de Energia Livre, a serem repassados entre Distribuidoras e Geradoras, ambas signatárias do Acordo Geral do Setor Elétrico, bem como os montantes finais a serem devolvidos aos consumidores finais, nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução Normativa nº 387/2009.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

12. Energia livre e encargo emergencial

Encargo emergencial--Continuação

O encargo de aquisição emergencial vigorou temporariamente durante os meses de janeiro e fevereiro de 2004 e o encargo de capacidade emergencial foi cobrado desde março de 2002 até 22 de dezembro de 2005. A partir de 23 de dezembro de 2005, o mesmo teve sua cobrança suspensa, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 204, de 22 de dezembro de 2005.

A Companhia repassa mensalmente os valores arrecadados de inadimplência.

13. Outros créditos

	31/12/2013	31/12/2012
Gastos a rembolsar - consumidores	**3.496**	3.403
Sindicato	**5.658**	5.658
Serviços em curso (a)	**72.683**	43.995
Consumidores - serviços prestados (b)	**69.923**	61.379
Gastos a reembolsar - iluminação pública	**2.795**	2.796
Convênio de arrecadação (c)	**25.885**	24.092
Adiantamentos a empregados	**3.232**	3.001
Assistência médica aposentados	**6.422**	5.990
Adiantamentos a fornecedores	**3.773**	5.275
Outros devedores	**6.262**	358
Provisão para perda na realização de outros créditos (d)	**(20.851)**	(26.763)
Total	**179.278**	129.184

(a) Serviço em curso: são registrados os custos (pessoal,material e serviços) com a realização de projetos de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética.

(b) Consumidores - serviços prestados: destina-se ao registro de créditos contra terceiros pela prestação de serviços, por créditos provenientes da alienação de bens e direitos de propriedade do concessionário e de outros créditos recebidos em caráter excepcional, como promessas de pagamento, parcelados ou não, incluindo novação de dívidas a receber.

(c) Convênio de arrecadação: representa o direito da Companhia de receber valores arrecadados por entidades conveniadas.

(d) Provisão para perda na realização de outros créditos: representa substancialmente o risco de realização de créditos pelos serviços prestados a terceiros.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Saldos em 31 de dezembro de 2011	(31.930)
Reversão	5.167
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(26.763)
Adição	**(2.167)**
Baixa	**8.079**
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**(20.851)**

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

14. Tributos diferidos

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, bem como sobre prejuízos fiscais, cuja composição e origem estão demonstrados a seguir:

	Imposto de renda		Contribuição social		Total	
	31/12/2013	**31/12/2012**	**31/12/2013**	**31/12/2012**	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Ativo						
Diferenças temporárias						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	**103.031**	97.569	**37.091**	35.125	**140.122**	132.694
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**43.993**	45.878	**15.837**	16.516	**59.830**	62.394
Provisão para perdas de estoque	**283**	45	**102**	16	**385**	61
Desreconhecimento de ativo regulatório	**34.279**	21.667	**12.341**	7.801	**46.620**	29.468
Benefício pós emprego	**92.279**	116.510	**33.218**	41.942	**125.497**	158.452
Swap	**2.350**	608	**846**	219	**3.196**	827
Outras provisões	**3.837**	3.926	**1.384**	1.415	**5.221**	5.341
Total de tributos diferidos ativos	**280.052**	286.203	**100.819**	103.034	**380.871**	389.237

	Imposto de renda		Contribuição social		Total	
	31/12/2013	**31/12/2012**	**31/12/2013**	**31/12/2012**	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Passivo						
Desreconhecimento de passivo regulatório	**-**	-	**-**	-	**-**	-
Ativo indenizável (concessão)	**133.221**	87.429	**48.166**	31.682	**181.387**	119.111
SWAP	**5.687**	-	**2.047**	-	**7.734**	**-**
Total de tributos diferidos passivos	**138.908**	87.429	**50.213**	31.682	**189.121**	119.111

	Imposto de renda		Contribuição social		Total	
Tributos diferidos						
	31/12/2013	**31/12/2012**	**31/12/2013**	**31/12/2012**	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Ativos (passivos) diferidos	**141.144**	198.774	**50.606**	71.352	**191.750**	270.126

A movimentação dos saldos referentes aos tributos diferidos está assim apresentada:

	Ativo	**Passivo**
Saldos em 31 de dezembro de 2011	408.307	28.686
Adições ao resultado do exercício	55.797	94.480
Reduções do resultado do exercício	(53.803)	(4.055)
Reduções de outros resultados abrangentes	(21.064)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**389.237**	**119.111**
Adições ao resultado do exercício	**416.176**	**137.690**
Reduções do resultado do exercício	**(393.956)**	**(75.414)**
Adições de outros resultados abrangentes	**(30.586)**	**7.734**
Saldos em 31 dezembro de 2013	**380.871**	**189.121**

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

14. Tributos diferidos--Continuação

Estudos técnicos de viabilidade indicam a recuperação dos valores de imposto de renda e da contribuição social, nos parâmetros determinados pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro ("CPC 32"), os quais correspondem às melhores estimativas da Administração, cuja expectativa de realização de créditos fiscais está apresentada a seguir:

Ano de realização	31/12/2013	31/12/2012
2013	**-**	47.036
2014	**41.636**	40.511
2015	**31.682**	40.163
2016	**31.606**	40.080
2017	**31.929**	40.027
2018 a 2020	**97.101**	107.783
2021 a 2023	**146.917**	73.637
Total	**380.871**	389.237

As projeções utilizadas para estabelecer o prazo de realização estão sujeitas a alterações periódicas.

15. Depósitos vinculados a litígios

	31/12/2013	31/12/2012
Trabalhistas	**148.098**	118.709
Cíveis	**31.109**	30.396
Fiscais	**1.755**	1.307
Total	**180.962**	150.412

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

16. Ativo indenizável (concessão)

Refere-se à parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 – (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de Concessão.

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está assim apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	561.536
Transferências do ativo intangível	163.117
Receita financeira - ativo indenizável	307.410
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**1.032.063**
Transferências do ativo intangível	**168.069**
Receita financeira - ativo indenizável	**183.165**
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**1.383.297**

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

Valor novo de reposição – Lei n° 12.783/13

Em 11 de janeiro de 2013, foi promulgada a Lei n° 12.783 (“Lei n° 12.783/13”) que tornou definitiva a Medida Provisória n° 579 de 11 de setembro de 2012 (“MP n° 579/12”), que dispunha sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

De acordo com este normativo legal, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

17. Intangível

	31/12/2013				31/12/2012
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em Serviço					
Direito de uso da concessão	**4.083.605**	**(1.711.177)**	**(241.871)**	**2.130.557**	2.051.584
Software	**125.433**	**(84.398)**	**-**	**41.035**	9.659
Em Curso					
Direito de uso da concessão	**461.496**	**-**	**(44.210)**	**417.286**	547.699
Software	**27.563**	**-**	**-**	**27.563**	24.133
Total	**4.698.097**	**(1.795.575)**	**(286.081)**	**2.616.441**	2.633.075

O ativo intangível em curso refere-se, substancialmente, a obras de expansão do sistema de distribuição de energia elétrica.

A movimentação dos saldos do intangível está demonstrada a seguir:

	Em Serviço				Em Curso			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	3.973.317	(1.536.391)	(265.664)	2.171.262	406.897	(12.653)	394.244	2.565.506
Adições	-	-	-	-	430.119	(26.473)	403.646	403.646
Baixas	(4.787)	3.766		(1.021)	-	-	-	(1.021)
Amortização		(185.399)	13.460	(171.939)	-	-	-	(171.939)
Transferências	226.423	-	(365)	226.058	(226.423)	365	(226.058)	-
Transferências para o ativo indenizável	(163.117)	-	-	(163.117)	-	-	-	(163.117)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	4.031.836	(1.718.024)	(252.569)	2.061.243	610.593	(38.761)	571.832	2.633.075
Adições	-	-	-	**-**	**449.886**	**(5.680)**	**444.206**	**444.206**
Baixas	**(226.149)**	**145.997**	-	**(80.152)**	-	-	**-**	**(80.152)**
Amortização	**-**	**(223.548)**	**10.929**	**(212.619)**	-	-	**-**	**(212.619)**
Transferências	**571.420**	-	**(231)**	**571.189**	**(571.420)**	**231**	**(571.189)**	**-**
Transferências para o ativo indenizável	**(168.069)**	-	-	**(168.069)**	-	-	**-**	**(168.069)**
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**4.209.038**	**(1.795.575)**	**(241.871)**	**2.171.592**	**489.059**	**(44.210)**	**444.849**	**2.616.441**

A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens do setor elétrico.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

17. **Intangível**--Continuação

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será amortizado de forma não linear.

Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

As obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Em conformidade com o ofício nº 1.314/2007-SFF/ANEEL, de 27 de junho de 2007, que determina que tal registro seja iniciado somente a partir da segunda revisão tarifária da Companhia, a amortização começou a ser registrada em abril de 2009, haja vista que a referida revisão foi realizada em março de 2009.

As obrigações vinculadas à concessão estão sendo amortizadas desde o 2º ciclo às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, com base em uma taxa média de 4,43%.

Ao final da concessão, o valor residual das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica será deduzido do ativo financeiro de indenização e retirado do seu ativo, de forma que fique evidente a contabilização dos ativos pertencentes à União, que ficaram, durante o contrato de concessão, sob administração da concessionária.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

17. **Intangível**--Continuação

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis utilizando o conceito do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos (“CPC 01”).

Resolução Normativa ANEEL nº 367/09

A Resolução Normativa ANEEL n° 367/09 (“Resolução n° 367/09”), de 2 de junho de 2009, não foi implementada pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, conforme requerido pelo Ofício n° 43/2013-SFF/ANEEL. A expectativa da Administração é de que referida resolução seja efetivamente implementada no decorrer do trimestre a findar-se em 31 de março de 2014.

Com base em sua melhor avaliação, a Administração da Companhia entende que a não implementação da Resolução n° 367/09 representa um risco bastante remoto de autuação por parte da ANEEL, considerando as disposições constantes na Resolução Normativa ANEEL n° 63, de 12 de maio de 2004.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

18. Fornecedores

	31/12/2013	31/12/2012
Suprimento de energia elétrica		
Furnas Centrais Elétricas	**7.155**	17.515
Diferencial Eletronuclear	**23.596**	-
Eletrobrás Termonuclear S/A - Eletronuclear	**5.333**	-
Cotas de garantia física	**8.156**	-
Itaipu (Eletrobras)	**60.727**	52.105
Companhia Hidroelétrica do São Francisco - Chesf	**-**	11.256
Companhia Energética de São Paulo - Cesp	**5.374**	7.644
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	**3.065**	3.662
Encargo de uso da rede	**9.782**	18.892
Contrato de uso do sistema de distribuição - Light	**8.460**	17.442
Câmara de comercialização de energia elétrica - SPOT	**84.265**	39.740
Decreto nº 7.945/13 - recursos CDE (a)	**11.216**	-
MCSD - Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits	**6.748**	19.300
Enertrade Comercializadora de Energia S.A.	**4.100**	39.756
Contrato de comercialização de energia em ambiente regulado - CCEAR's	**56.830**	69.734
Partes relacionadas (b)	**2.657**	1.104
Materiais e serviços	**140.360**	153.387
Total	**437.824**	451.537
Circulante	**426.026**	451.438
Não circulante	**11.798**	99

(a) Decreto nº 7.945/13 – recurso CDE

O valor de R$ 11.216 corresponde aos custos recuperáveis através dos recursos da CDE ,relacionados (i) aos Encargos de Serviços do Sistema - ESS; (ii) ao risco hidrológico; e (iii) à exposição involuntária limitada ao montante não atendido pela alocação de cotas, e se refere a ajustes das competências de abril a agosto e as competência de novembro e dezembro de 2013. A recuperação desses valores esta previsto no Decreto nº 7.945/13 conforme comentado na Nota 4 (Decreto ANEEL nº 7.945/13).

(b) Partes relacionadas

Os termos e condições envolvendo partes relacionadas, encontram-se descritos na Nota 24.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

19. Empréstimos e financiamentos

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional são:

	31/12/2013			31/12/2012		
	Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante
	Encargos	Principal	Principal	Encargos	Principal	Principal
BNDES (Finame) (a)	**3**	**1.884**	**-**	7	2.214	1.884
BNDES (Capex 2011) (b)	**265**	**10.139**	**65.904**	280	10.210	75.942
BNDES (Capex 2011) (b)	**278**	**19.305**	**67.568**	341	19.324	86.846
BNDES (Capex 2011) (b)	**311**	**19.305**	**67.568**	379	19.324	86.846
BNDES (Capex 2012-2013) (c)	**91**	**4.149**	**69.836**	-	-	-
BNDES (Capex 2012-2013) (c)	**440**	**11.706**	**128.768**	-	-	-
BNDES (Capex 2012-2013) (c)	**495**	**11.706**	**128.768**	-	-	-
Eletrobras (d)	**3**	**2.940**	**13.865**	3	2.940	16.804
Eletrobras (d)	**2**	**2.650**	**9.917**	2	536	10.169
Bradesco S.A. 4º, 5º e 6º contratos (f)	**-**	**-**	**-**	795	20.000	-
Banco do Brasil S.A (f)	**-**	**-**	**-**	612	100.000	-
Banco do Brasil S.A (g)	**1.142**	**-**	**100.000**	-	-	-
Banco do Brasil S.A (g)	**251**	**-**	**30.000**	-	-	-
Total de empréstimos e financiamentos	**3.281**	**83.784**	**682.194**	2.419	174.548	278.491

	Início	Vencimento	Tipo de Amortização	Garantias	Encargos Financeiros
BNDES (Finame) (a)	15/01/2010	15/10/2014	Mensal	Fiança Bancária	4,5%
BNDES (Capex 2011) (b)	15/08/2011	15/06/2021	Mensal	Recebíveis	-
BNDES (Capex 2011) (b)	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	Recebíveis	TJLP + 2,96%
BNDES (Capex 2011) (b)	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,96%
BNDES (Capex 2012-2013) (c)	16/08/2013	15/05/2023	Mensal	Recebíveis	3%
BNDES (Capex 2012-2013) (c)	16/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP + 2,80%
BNDES (Capex 2012-2013) (c)	16/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,80%
Eletrobras (d)	23/11/2006	30/06/2021	Mensal	Recebíveis e Nota Promissória	6%
Eletrobras (e)	20/09/2011	30/09/2018	Mensal	Recebíveis e Nota Promissória	7%
Bradesco S.A. 4º, 5º e 6º contratos (f)	01/02/2008	07/01/2013	Semestral	-	CDI + 1,05%
Conta Garantida Banco Alfa S.A. (f)	28/02/2013	29/05/2013	Bullet	-	CDI+0,80%
Conta Garantida Santander (f)	19/05/2011	16/05/2014	Variável	-	CDI + 1,80%
Conta Garantida Banco Itaú S.A (f)	21/12/2011	23/12/2014	Mensal	-	-
Conta Garantida Banco Bradesco (f)	09/10/2013	07/04/2014	Mensal	-	CDI + 2,30%
Banco do Brasil S.A (g)	05/12/2007	30/10/2013	Bullet	Nota Promissória	CDI + 0,97%
Banco do Brasil S.A (g)	19/11/2013	14/11/2019	Anual	-	107% CDI
Banco do Brasil S.A (g)	29/11/2013	25/11/2019	Anual	-	107% CDI

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

19. Empréstimos e financiamentos--Continuação

a) BNDES Finame: Financiamento contratado junto ao banco Safra com repasse de recursos do BNDES para aquisição de equipamentos nacionais.

b) BNDES Capex 2011: Financiamento, no montante total de R$ 331.397, para o plano de investimento 2010/2011 da Companhia, contrato junto ao sindicato liderado pelo Itaú, com repasse de recursos do BNDES. A Companhia sacou 79% do valor contratado.

c) BNDES Capex 2012/2013: Financiamento, no montante de R$ 450.171, para o plano de investimento 2012/2013 da Companhia, contrato junto ao sindicato liderado pelo Itaú, com repasse de recursos do BNDES. Até 30 de setembro de 2013 a Companhia havia sacado 79% do valor contratado.

d) Eletrobras – Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica – Luz para todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos originários da RGR e CDE.

e) Eletrobras – Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos das obras de reconstrução da rede de distribuição e subtransmissão da Região Serrana do Rio de Janeiro, que foram afetadas devido às chuvas no 1º trimestre de 2011. Esta operação tem recursos originários da RGR.

f) Contratos contraídos devido à necessidade de capital de giro da Companhia.

g) Cédula de Crédito Bancário Banco do Brasil: Empréstimo com vencimento em novembro de 2019, na modalidade de Crédito Agrário destinados ao apoio financeiro da companhia na utilização de amortização de dívidas anteriores.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

19. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Nos financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e nas operações de capital de giro, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2013:

Contratos	Obrigações especiais financeiras	Limite
BNDES	Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	3,50
BNDES	Dívida Financeira Líquida / (PL + Dívida Financeira Líquida) (máximo)	0,60
Capital de Giro	Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	3,50
Capital de Giro	EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas (mínimo)	2,00

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

	31/12/2013	31/12/2012
2014	**-**	55.824
2015	**109.462**	53.940
2016	**109.332**	53.811
2017	**152.278**	53.423
2018	**131.592**	32.633
Após 2018	**179.530**	28.860
Total não circulante	**682.194**	278.491

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

19. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Variação dos indexadores da dívida em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

Indexador	31/12/2013	31/12/2012
IPCA	**5,91%**	5,84%
IGP-M	**5,51%**	7,82%
TJLP	**5,00%**	5,75%
CDI	**8,06%**	8,40%

Mutação de empréstimos e financiamentos:

	Moeda nacional		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	248.859	389.640	638.499
Captações	-	67.362	67.362
Encargos provisionados	49.962	-	49.962
Transferências	178.511	(178.511)	-
Amortizações	(243.856)	-	(243.856)
Encargos pagos	(56.509)	-	(56.509)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**176.967**	**278.491**	**455.458**
Captações	**-**	**519.565**	**519.565**
Encargos provisionados	**41.851**	**-**	**41.851**
Transferências	**115.862**	**(115.862)**	**-**
Amortizações	**(206.624)**	**-**	**(206.624)**
Encargos pagos	**(40.991)**	**-**	**(40.991)**
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**87.065**	**682.194**	**769.259**

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

20. Debêntures

	31/12/2013			31/12/2012		
		Principal			Principal	
	Encargos	Circulante	Não circulante	Encargos	Circulante	Não circulante
2ª série - 5ª emissão	**-**	**-**	**-**	459	53.519	107.038
1ª série - 6ª emissão	**490**	**-**	**117.000**	328	-	117.000
2ª série - 6ª emissão	**8.972**	**-**	**209.480**	8.290	-	197.913
1ª série - 7ª emissão	**411**	**-**	**100.000**	274	-	100.000
2ª série - 7ª emissão	**10.683**	**-**	**327.093**	9.872	-	309.031
(-) Custo a amortizar	**-**	**(1.084)**	**(2.929)**	-	(1.122)	(4.334)
Total sem efeito de swap	**20.556**	**(1.084)**	**750.644**	19.223	52.397	826.648
Resultado das operações de swap	**-**	**(93)**	**(13.256)**	-	123	2.308
Total de debêntures	**20.556**	**(1.177)**	**737.388**	19.223	52.520	828.956

Mutação de debêntures:

	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2011	318.389	454.684	773.073
Amortização	(300.330)	-	(300.330)
Captação	-	400.000	400.000
Encargos provisionados	75.713	-	75.713
Encargos pagos	(75.482)	-	(75.482)
Variação monetária	-	27.937	27.937
Transferência de prazos	53.519	(53.519)	-
Custo de transação amortizado	(189)	(2.454)	(2.643)
Resultado de swap	123	2.308	2.431
Em 31 de dezembro de 2012	**71.743**	**828.956**	**900.699**
Amortização	**(167.031)**	**-**	**(167.031)**
Encargos provisionados	**68.340**	**-**	**68.340**
Encargos pagos	**(67.006)**	**-**	**(67.006)**
Variação monetária	**-**	**36.101**	**36.101**
Transferência de prazos	**112.428**	**(112.428)**	**-**
Custo de transação amortizado	**1.122**	**322**	**1.444**
Resultado de swap	**(217)**	**(15.563)**	**(15.780)**
Em 31 de dezembro de 2013	**19.379**	**737.388**	**756.767**

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

20. Debêntures--Continuação

Características das emissões:

Características	5ª emissão 2ª Série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	13.467 debêntures simples
Valor nominal	R$ 10.000
Data de emissão	15 de dezembro de 2009
Vencimento inicial	15 de dezembro de 2013
Vencimento final	15 de dezembro de 2015
Atualização monetária	IPCA
Repactuação	Não haverá
Remuneração	IPCA+8,30%a.a
Exigibilidade de juros	Anual
Amortizações	Em três parcelas anuais
Data das amortizações	2013, 2014 e 2015

Características	6ª emissão 1ª Série	6ª emissão 2ª Série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	11.700 debêntures simples	18.300 debêntures simples
Valor nominal	R$ 10.000	R$ 10.000
Data de emissão	15 de junho de 2011	15 de junho de 2011
Vencimento inicial	15 de junho de 2015	15 de junho de 2016
Vencimento final	15 de junho de 2016	15 de junho de 2018
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI+1,20%a.a	IPCA+7,90%a.a
Exigibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortizações	Em duas parcelas anuais	Em três parcelas anuais
Data das amortizações	2015 e 2016	2016, 2017 e 2018

Características	7ª emissão 1ª Série	7ª emissão 2ª Série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	10.000 debêntures simples	30.000 debêntures simples
Valor nominal	R$ 10.000	R$ 10.000
Data de emissão	15 de junho de 2012	15 de junho de 2012
Vencimento inicial	15 de junho de 2016	15 de junho de 2017
Vencimento final	15 de junho de 2017	15 de junho de 2019
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI+1,02%a.a	IPCA+6,00%a.a
Exigibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortizações	Em duas parcelas anuais	Em três parcelas anuais
Data das amortizações	2016 e 2017	2017, 2018 e 2019

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

20. Debêntures--Continuação

5ª Emissão

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 21 de outubro de 2009, foi aprovada a 5ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas da Companhia. As debêntures são simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em duas séries no montante total de R$ 250.000. A segunda série foi resgatada antecipadamente no dia 25 de setembro de 2013 encerrando assim esta Emissão.

6ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 12 de maio de 2011, foi aprovada a 6ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas da Companhia

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras. Até 31 de dezembro de 2013, a Companhia vem cumprindo com a manutenção dos referidos índices.

7ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2012, foi aprovada a 7ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas da Companhia. A operação possui swap para 100% da tranche em CDI.

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras. Até 31 de dezembro de 2013, a Companhia vem cumprindo com a manutenção dos referidos índices

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

20. Debêntures--Continuação

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras, quais sejam:

Emissão	Obrigações especiais financeiras	Limite
5ª Emissão	Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	2,70
5ª Emissão	EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas (mínimo)	2,50
6ª Emissão	Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	2,70
6ª Emissão	EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas (mínimo)	2,50
7ª Emissão	Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	2,70
7ª Emissão	EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas (mínimo)	2,50

Curva de amortização das debêntures registradas no passivo não circulante sem os efeitos do *swap*:

	2015	2016	2017	2018	Após 2018	Total
1ª série - 6ª emissão	**58.500**	**58.500**	**-**	**-**	**-**	**117.000**
2ª série - 6ª emissão	**-**	**69.827**	**69.827**	**69.826**	**-**	**209.480**
1ª série - 7ª emissão	**-**	**50.000**	**50.000**	**-**	**-**	**100.000**
2ª série - 7ª emissão	**-**	**-**	**109.030**	**109.030**	**109.033**	**327.093**
(-) Custo de transação	**(1.042)**	**(833)**	**(667)**	**(387)**	**-**	**(2.929)**
	57.458	**177.494**	**228.190**	**178.469**	**109.033**	**750.644**

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

21. Obrigações fiscais

	31/12/2013	31/12/2012
Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL	**69.089**	18.636
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	**7.236**	2.624
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	**20.915**	25.456
Programa de integração social - PIS	**4.409**	5.401
Imposto sobre serviços - ISS	**1.326**	615
INSS s/ terceiros	**5.330**	5.520
Outros	**1.975**	2.302
Total	**110.280**	60.554

22. Taxas regulamentares

As obrigações a recolher derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

	31/12/2013	31/12/2012
Conta de consumo de combustível - CCC	**-**	5.377
Conta de desenvolvimento energético - CDE	**2.424**	8.861
Reserva global de reversão - RGR	**-**	16.741
Encargo de energia reserva - EER	**-**	866
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	**101**	101
Encargos ex-isolados	**-**	1.667
	2.525	33.613

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

23. Parcelamento especial

Em 29 de agosto de 2003, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal/Parcelamento Especial - PAES, também conhecido como REFIS II, instituído pela Lei nº 10.684/2003. Tal adesão teve como objetivo o parcelamento de débitos no montante original de R$ 42.489 (sendo R$ 18.433 de principal; R$ 21.231 de atualização pela SELIC; R$ 2.703 de multa; e R$ 122 de honorários advocatícios), em 120 meses. Esses débitos são oriundos de notificações fiscais de lançamentos de débito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS emitidos contra a Companhia no período de outubro de 1996 a julho de 2000, cujos valores se referiam, preponderantemente, a responsabilidade solidária sobre contratações de serviços terceirizados, sobre os quais a avaliação dos consultores da Companhia quanto ao risco de perda das impugnações efetuadas se mostrava provável. O saldo remanescente dessa dívida em 31 de dezembro de 2013 é de R$ 489 (R$ 6.245 em 2012).

Em 29 de abril de 2010, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento de débitos fiscais, denominado REFERJ, instituído pela Lei Estadual nº 5.647/2010. Por meio desse programa a Companhia optou pelo parcelamento de débitos de ICMS que estavam vencidos até 31 de dezembro de 2008 no montante de R$ 2.974, sendo R$ 2.605 de ICMS e R$ 369 de Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (FECP). A esses valores foi somado o montante de R$ 179 a título de mora. Esse parcelamento terá o prazo de 60 meses, com início em junho de 2010 e término em maio de 2015. O saldo remanescente dessa dívida em 31 de dezembro de 2013 é de R$ 1.128 (R$ 1.717 em 2012).

A movimentação dos saldos do parcelamento especial está demonstrada a seguir:

	31/12/2013			**31/12/2012**		
	REFIS	**REFERJ**	**Total**	REFIS	REFERJ	Total
Saldo inicial	**6.245**	**1.717**	**7.962**	12.657	2.279	14.936
(-) Pagamentos	**(6.890)**	**(752)**	**(7.642)**	(6.676)	(664)	(7.340)
(+) Atualização	**1.134**	**163**	**1.297**	264	102	366
Saldo final	**489**	**1.128**	**1.617**	6.245	1.717	7.962
Circulante	**489**	**752**	**1.241**	6.245	711	6.956
Não circulante	**-**	**376**	**376**	-	1.006	1.006
	489	**1.128**	**1.617**	6.245	1.717	7.962

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

24. Partes relacionadas

A Companhia mantém operações com partes relacionadas que pertencem ao mesmo grupo econômico, cujos montantes, natureza das transações e efeitos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012 estão demonstrados a seguir:

	31/12/2013				31/12/2012			
	Ativo circulante (*)	Passivo circulante (*)	Passivo não circulante (*)	Receita (Despesa)	Ativo não circulante (*)	Passivo circulante (*)	Passivo não circulante (*)	Receita (Despesa)
Enersis Agência								
Diversos	-	-	-	-	235	2	99	-
Fundação Brasiletros (a)								
Fundo de Pensão	-	-	**393.339**	**(46.715)**	-	-	480.896	(50.069)
CIEN - Companhia de Interconexão Energia (b)								
Compra de energia	-	**298**	-	**(2.779)**	-	417	-	(3.977)
CDSA - Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S/A (c)								
Compra de energia	-	**772**	-	**(7.350)**	-	586	-	(5.379)
EN-Comercio e Serviço S.A (PRATIL) (d)	**54**	-	-	**844**	-	-	-	-
Enel Energy (e)	-	**1.587**	-	**(1.610)**	-	-	-	-
Total de transações com partes relacionadas	**54**	**2.657**	**393.339**	**(57.610)**	235	1.005	480.995	(59.425)
(-) Plano de previdência privada - Fundação Brasiletros	-	-	**(393.339)**	-	-	-	(480.896)	-
Total	**54**	**2.657**	-	**(57.610)**	235	1.005	99	(59.425)

* Esses valores são classificados como contas a receber, fornecedores e obrigações com benefícios pós-emprego, respectivamente (vide Notas 7, 18 e 26).

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir:

a) Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS

A Companhia, como mantenedora da Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS, realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira dessa entidade e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da Companhia, classificados como PCA (Plano de Complementação de Aposentadoria) e PACV (Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável).

Como caução da operação, a Companhia oferece os direitos creditórios que possui ou venha a possuir, representado pela arrecadação das contas de energia elétrica efetivamente realizada, até o montante do débito vencido, sendo certo que a arrecadação das importâncias provenientes dos pagamentos dos direitos creditórios será efetuada através da rede bancária autorizada, transferindo os recursos correspondentes para a conta corrente bancária indicada pela BRASILETROS.

O total de despesas findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R$ 46.715 (R$ 50.069 em 2012).

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

24. Partes relacionadas--Continuação

b) CIEN - Companhia de Interconexão Energética

As Portarias Interministeriais nº 210 e 211, de 4 de abril de 2011, equipararam como Transmissora a CIEN e homologaram a sua RAP (Receita Anual Permitida), a partir da celebração do contrato de prestação de serviço de transmissão (CPST) com o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico).

A Companhia incorreu em despesas com a rede básica junto à CIEN no montante de R$ 2.779 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (R$ 3.977 em 31de dezembro de 2012). Em 31 de dezembro de 2013, o saldo no passivo era de R$ 298 (R$ 417 em 2012).

c) CDSA - Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

A Companhia participou do 2º leilão para compra de energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração existentes (“2º LEILÃO”), em 02/04/2005, promovido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme o edital de Leilão no 1/2005, realizado nos termos da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, da Portaria MME nº 231, de 30 de setembro de 2004, da Resolução Normativa ANEEL nº147, de 23 de fevereiro de 2005.

Esse leilão resultou em contrato de compra e venda de energia elétrica entre as partes, com vigência até dia 31 de dezembro de 2015 e energia contratada de 4,039 MWMédios.

Esse contrato totalizou um montante de R$ 7.350 como custo de energia comprada no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, (R$ 5.379 em 2012) e o correspondente passivo de R$ 772 em 31 de dezembro de 2013 (R$ 586 em 2012).

d) EN-Brasil Comércio e Serviços S.A. (“Prátil”)

A Companhia mantém contrato com a Prátil para a cobrança na fatura de energia elétrica de valores referentes aos serviços e/ou produtos ofertados por esta aos clientes da Companhia, efetuando o repasse após a arrecadação. A “comissão” cobrada pela companhia está estipulado no contrato de serviço de arrecadação.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

24. Partes relacionadas--Continuação

e) Enel Energy

A Companhia mantém contrato com a Enel Energy referente a serviços de licenciamento, implementação e manutenção de software.

Esse contrato totalizou um montante de R$ 1.610 como custo de serviço no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (nulo em 2012), e o correspondente passivo de R$ 1.587 em 31 de dezembro de 2013 (nulo em 2012).

Remuneração da Administração

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R$ 6.717 (R$ 5.297 em 2012).

	31/12/2013	31/12/2012
Benefícios de curto prazo	**6.677**	5.198
Benefícios pós-emprego	**40**	99
Total	**6.717**	5.297

25. Programas de P&D e de eficiência energética

Conforme Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a destinar, anualmente, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida para os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e de Eficiência Energética, distribuído de acordo com os percentuais determinados pela ANEEL.

As resoluções ANEEL nº 504, de 14 de agosto de 2012 e nº 556, de 02 de julho de 2013 aprovam o Manual do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e os Procedimentos do Programa de Eficiência Energética – PROPEE, que estabelecem as diretrizes e orientações na elaboração dos projetos de P&D e PEE, respectivamente. As principais mudanças provenientes do novo manual e procedimento são: Aprovação dos Procedimentos do Programa de Eficiência energética – PROPEE, contendo os procedimentos para elaboração, envio, avaliação inicial e final e encerramento dos respectivos projetos; a possibilidade de submissão de projetos a qualquer época do ano, tornando o processo contínuo; o envio, pelo Sistema de Gestão, dos relatórios final, de medição e verificação e de auditoria contábil e financeira; a ênfase na avaliação final dos projetos, aumentando assim a responsabilidade da concessionária na aplicação do investimento.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

25. Programas de P&D e de eficiência energética--Continuação

A Companhia contabiliza as despesas referentes aos Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento conforme seu período de competência, permanecendo os valores registrados e corrigidos pela SELIC até a efetiva realização.

A composição dos saldos desses passivos é apresentada a seguir:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Programa de eficiência energética - PEE	**28.333**	**19.830**	28.136	3.059
Programa de pesquisa e desenvolvimento - P&D	**14.964**	**8.441**	16.134	1.321
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	**(95)**	**-**	(120)	-
Empresa de pesquisa energética - EPE	**(55)**	**-**	(60)	-
Total	**43.147**	**28.271**	44.090	4.380

26. Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. A Fundação administra dois planos de benefícios, sendo um na modalidade de benefício definido (Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA), que tem por finalidade principal complementar os benefícios a que têm direito auferir, como segurados de previdência social, os empregados da Ampla, e um na modalidade de contribuição definida (Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV), que tem por objetivo conceder um benefício em função da reserva acumulada em nome do participante.

Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2013, no montante de R$ 393.339 (R$ 480.896 em 2012), corresponde à totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

26. Obrigações com benefícios pós-emprego--Continuação

Os planos administrados pela Companhia têm as seguintes principais características:

a) Plano de complementação de aposentadoria - PCA (Benefício Definido)

Patrocinadora

Contribui com 5,56% da folha de salários, dos quais 1,59% são destinados à cobertura dos benefícios e 3,97% utilizados para cobertura das despesas administrativas.

Participantes ativos

A contribuição corresponde a percentuais cumulativos em função da faixa salarial, com tabela e em razão do teto da previdência, variando de 1,75% a 10% do salário.

Participantes assistidos

Essa contribuição é definida anualmente com base no resultado do plano de custeio, que corresponde atualmente aos mesmos percentuais cumulativos vigentes para os participantes ativos.

A Companhia reconheceu inicialmente, em 31 de dezembro de 2001, o déficit atuarial, no montante de R$ 118.221, apresentado no plano de complementação de aposentadoria (PCA), em conformidade com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. O referido déficit foi suportado por contrato celebrado em 01 de janeiro de 2002, com a BRASILETROS, através do qual ficou estabelecido que o déficit apurado seria amortizado em um prazo de 20 anos, com carência de 2 anos e meio, com a incidência de juros de 6% ao ano, acrescido da variação ocorrida no índice nacional de preços ao consumidor - INPC.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

26. Obrigações com benefícios pós-emprego--Continuação

b) Plano de aposentadoria de contribuição variável - PACV (Contribuição Definida)

Patrocinadora

Contribui com 4,16% da folha de salários dos participantes ativos, dos quais 0,19% são destinados à cobertura dos benefícios e 3,97% utilizados para cobertura das despesas administrativas.

Participantes ativos

Os participantes ativos do PACV deverão efetuar a contribuição descrita no Regulamento do Plano, sendo que o percentual médio apurado a partir da população ativa no PACV na data-base da avaliação equivale a 5,08% da folha de salários dos participantes ativos do PACV.

c) Plano de Assistência Médica dos Aposentados (PAMA)

A Companhia tem por obrigação conceder benefícios de assistência médica somente a ex-funcionários que foram desligados da empresa até 31 de dezembro de 1997 e que comprovaram a condição de afastamento pelo sistema público de pensão. Esses benefícios são de caráter opcional e são custeados pela empresa e pelo usuário em regime pré-pago.

O plano é administrado pela Unimed Leste Fluminense e é regido por contrato que prevê cláusula de reajuste periódico das contribuições ao plano em função da sinistralidade do grupo. O custeio é determinado per capita com base em tabela, segregada em 10 faixas etárias, de acordo com o critério permitido pela ANS.

O plano pode ser segregado em 3 grupos distintos e que compartilham a mesma apólice:

- Ativos - o plano é extensivo aos empregados e seus dependentes. O custeio cobrado de funcionário é determinado pela empresa em função de tabela contendo 3 faixas etárias, cobrado por grupo familiar ou agregados. Pelo fato de serem contributivos por empregado, geram benefício de permanência vitalícia após 10 anos de vínculo, conforme Lei 9.656.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

26. Obrigações com benefícios pós-emprego--Continuação

c) Plano de Assistência Médica dos Aposentados (PAMA)--Continuação

- Aposentados Lei 9.656 - grupo que exerceu o direito de permanência no plano, desde que mantido às próprias expensas, conforme Lei 9.656. O custo é cobrado diretamente pela Unimed, administradora do plano, sendo as contribuições per capita estruturadas por faixa etária.

- Aposentados PDI - grupo de aposentados e seus dependentes que gozam do benefício de permanência no plano, sendo seu custeio determinado de acordo com as mesmas regras aplicadas aos empregados, ou seja, tabela de contribuições contendo 3 faixas etárias, cobrados por grupo familiar ou agregado no plano.

d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria

A Companhia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria assegurando o pagamento de importância equivalente a, no mínimo, 40% do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao Aviso Prévio do empregado, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

Terão direito o benefício apenas os empregados que tenham adquirido o mínimo de 70% do tempo de serviço na Companhia.

A Companhia optou por efetuar o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais imediatamente no período em que ocorrerem “Outros resultados abrangentes”.

Conciliação do valor presente da obrigação e do valor dos ativos dos planos, com os ativos e os passivos reconhecidos no balanço patrimonial

	31/12/2013	31/12/2012
Valor presente das obrigações atuariais	**(933.485)**	(1.169.274)
Valor justo dos ativos	**540.146**	688.378
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	**(393.339)**	(480.896)
Ativo / (passivo) atuarial	**(393.339)**	(480.896)

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

26. Obrigações com benefícios pós-emprego--Continuação

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação.

	31/12/2013	31/12/2012
Valor presente da obrigação atuarial no início do ano	**(1.169.274)**	(1.064.274)
Custo dos serviços correntes	**(1.515)**	(84)
Custo dos juros	**(110.392)**	(107.623)
Contribuições de participantes do plano	**(27)**	(29)
Ganho/(perda) atuarial	**267.162**	(74.037)
Benefícios pagos	**80.561**	76.773
Valor presente da obrigação atuarial no final do ano	**(933.485)**	(1.169.274)

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos

	31/12/2013	31/12/2012
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	**688.378**	539.810
Retorno esperado dos ativos do plano	**65.192**	54.523
Ganho/(perda) atuarial	**(173.853)**	133.662
Contribuições do empregador	**40.962**	34.016
Contribuições do participante do plano	**28**	29
Benefícios pagos	**(80.561)**	(76.773)
Valor justo dos ativos do plano	**540.146**	685.267

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do efeito de teto de ativo de benefício definido

	31/12/2013	31/12/2012
Efeito do teto de ativo não reconhecido no início do exercício	**-**	4.760.993
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	**-**	499.904
Variação no teto de ativo não reconhecido no exercício corrente	**-**	(5.260.897)
Efeito do teto de ativo não reconhecido ao final do exercício	**-**	-

Retorno real dos ativos dos planos

	31/12/2013	31/12/2012
Retorno esperado sobre os ativos do plano	**65.192**	54.523
Ganho (perda) atuarial sobre os ativos do plano	**(173.853)**	133.662
Retorno real sobre os ativos dos planos (item 1 + item 2)	**(108.661)**	188.185

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

26. Obrigações com benefícios pós-emprego--Continuação

Percentagem que cada categoria principal de ativos do plano representa do valor justo do total dos ativos dos planos

	31/12/2013	31/12/2012
Renda fixa	**356.306**	496.613
Renda variável	**119.613**	108.321
Investimentos imobiliários	**47.025**	53.367
Outros	**17.202**	30.078
Total	**540.146**	688.379

Despesas/(receitas) reconhecidas nas demonstrações de resultado

	31/12/2013	31/12/2012
Custo de serviço corrente contempla contribuições efetivas	**1.543**	113
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	**(28)**	(28)
Custo do serviço líquido	**1.515**	85
Juros sobre a obrigação atuarial	**110.392**	107.623
Rendimento esperado dos ativos no ano	**(65.192)**	(54.522)
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	**-**	500
Efeito aplicação - CPC 33 (R1)	**3.617**	(3.617)
Juros líquidos sobre o passivo	**48.817**	49.984
Montantes reconhecidos em DRE	**50.332**	50.069

Valores totais reconhecidos em outros resultados abrangentes:

	31/12/2013	31/12/2012
(Ganho)/perda sobre as obrigações atuariais	**(267.162)**	74.037
(Ganho)/perda sobre os ativos	**173.853**	(136.779)
Variação no teto de ativo não reconhecido	**-**	(5.261)
Efeito aplicação - CPC 33 (R1)	**(3.617)**	3.617
Montantes reconhecidos no período em outros resultados abrangentes	**(96.926)**	**(64.386)**

Valores atuariais para o exercício corrente e anterior:

	31/12/2013	31/12/2012
Obrigação de benefício definido	**(933.485)**	(1.169.274)
Ativos do plano	**540.146**	688.378
Superavit (deficit)	**(393.339)**	(480.896)
Ajustes de experiências sobre os passivos do plano	**267.162**	(74.037)
Ajustes de experiências sobre os ativos do plano	**(173.853)**	136.778

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

26. Obrigações com benefícios pós-emprego--Continuação

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo foram:

Principais premissas atuariais	PCA	PACV	PAMA	FGTS
Taxa de desconto para avaliação do custo de serviço corrente e da obrigação atuarial total	12,35%	12,39%	12,44%	11,95%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	5,50%	5,50%	N/A	N/A
Taxa do crescimento salarial	7,61%	7,61%	N/A	7,61%
Taxa de inflação esperada	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	5,50%	5,50%	N/A	N/A
Tábua geral de mortalidade	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49(+6)	AT-49(+6)	AT-49(+6)	N/A
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média	Light-Média	N/A	N/A

Para avaliação atuarial do exercício de 2013, foi adotada premissa de crescimento dos custos médicos (inflação médica) de 8,66% a.a. (3,00% a.a. em termos reais). No exercício anterior, essa premissa assumia característica decrescente, variando de 11,57% a.a. (5,75% a.a. em termos reais) no primeiro ano de projeção, atingindo o valor de 6,51% a.a. (0,95% a.a. em termos reais) para 2023 em diante.

Para projeção dos custos foi adotada premissa de crescimento dos custos em função da idade de 3,00% a.a. Foi adotada premissa de crescimento real das contribuições ao plano de saúde em 1,50% a.a. Foi adotada a premissa de que todos os participantes farão opção por permanecer no plano de saúde na aposentadoria.

Para os saldos acumulados no FGTS foi adotada a premissa de rentabilidade nula.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

27. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

Provisões com risco provável

Segue abaixo quadro demonstrativo das provisões para contingências constituídas pela Companhia:

	31/12/2011	31/12/2012				
	Saldo Acumulado	Adições/ Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	Acordos judiciais	Saldo Acumulado
Trabalhistas (a)	153.594	974	9.288	(8.744)	-	155.112
Cíveis (b)	322.449	25.988	32.126	(64.100)	(101.851)	214.612
Fiscais (c)	21.327	502	5.618	(260)	-	27.187
Total	497.370	27.464	47.032	(73.104)	(101.851)	396.911

	31/12/2012	31/12/2013			
	Saldo Acumulado	Adições/ Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	Saldo Acumulado
Trabalhistas (a)	155.112	**1.650**	**8.906**	**(11.187)**	**154.481**
Cíveis (b)	214.612	**43.772**	**33.521**	**(55.305)**	**236.600**
Fiscais (c)	27.187	**(1.562)**	**3.138**	**(1.416)**	**27.347**
Total	396.911	**43.860**	**45.565**	**(67.908)**	**418.428**

a) Riscos trabalhistas

Englobam reclamações trabalhistas de ex-funcionários próprios e empregados de empresas terceirizadas que pleiteiam vínculo empregatício com a Companhia e posterior equiparação em direitos aos empregados desta ou eventuais verbas inadimplidas por suas empresas.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

27. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

a) Riscos trabalhistas--Continuação

Os principais riscos contabilizados referem-se aos seguintes temas:

► URP (Unidade de Reposição de Preço) - Referente a perdas salariais ocorridas à época do plano econômico do Governo Federal, no montante de R$ 56.759 em 31 de dezembro de 2013 (R$ 53.430 em 2012);

► Reintegração ao emprego, no montante de R$ 4.652 em 31 de dezembro de 2013 (R$ 5.155 em 2012);

► Vínculo empregatício, no montante de R$ 4.174 em 31 de dezembro de 2013 (R$ 8.999 em 2012);

► Horas extras, no montante de R$ 3.331 em 31 de dezembro de 2013 (R$ 3.784 em 2012);

► Acidente de trabalho, no montante de R$ 357 em 31 de dezembro de 2013 (R$ 947 em 2012);

► Diferenças salariais, no montante de R$ 2.568 em 31 de dezembro de 2013 (R$ 3.815 em 2012);

► Adicional de periculosidade, no montante de R$ 3.378 em 31 de dezembro de 2013 (R$ 3.474 em 2012);

► Diferença de FGTS, no montante de R$ 1.522 em 31 de dezembro de 2013 (R$ 1.124 em 2012);

► Enquadramento, no montante de R$ 2.122 em 31 de dezembro de 2013 (R$ 1.995 em 2012);

► Ticket-refeição, no montante de R$ 2.847 em 31 de dezembro de 2013 (R$ 2.654 em 2012);

► Plano de desligamento incentivado, no montante de R$ 1.781 em 31 de dezembro de 2013 (R$ 1.675 em 2012);

► Verbas rescisórias, no montante de R$ 1.835 em 31 de dezembro de 2013 (R$ 1.726 em 2012);

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

27. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Provisões com risco provável--Continuação

a) Riscos trabalhistas--Continuação

► Danos morais, no montante de R$ 2.757 em 31 de dezembro de 2013 (R$ 913 em 2012);

► Abono salarial, no montante de R$ 620 em 31 de dezembro de 2013 (R$ 583 em 2012).

► Previdenciário - Referente às contribuições previdenciárias de trabalhadores temporários, através das empresas fornecedoras de mão de obra e ao não recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre o 13º salário pago aos “patrulheiros”, no montante de R$ 12.993 em 2012 e sem alteração em 31 de dezembro de 2013.

Os demais processos que compõem o saldo da provisão em 31 de dezembro de 2013 têm como objeto os mesmos temas citados acima e outros, todos de baixo valor reclamado.

b) Riscos cíveis

Engloba processos de natureza cível, inclusive consumeirista, nos quais a Companhia é ré, sendo grande parte da provisão vinculada a processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

Durante o exercício de 2012, o processo que se encontrava em aberto com a Enertrade foi concluído de forma irretratável e irrevogável, resultando na reversão integral da provisão que estava constituída, impactando o resultado da Companhia em R$ 101.851.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

27. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

c) Riscos fiscais

Os principais riscos fiscais aos quais a Companhia está exposta são:

ICMS - Pagamento a menor

O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro/1999 a setembro de 2000, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2013 de R$ 10.154 (R$ 9.241 em dezembro de 2012). A Companhia apresentou defesa (embargos à execução) e aguarda decisão de primeira instância judicial.

ICMS - Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado

A Companhia possui dois Autos de Infração lavrados pelo Estado para cobrar débitos relativos ao período de dezembro/96 a novembro/98 e novembro/1998 a março/1999, sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Companhia. A administração decidiu, após diligências realizadas em 2012, constituir provisões equivalentes a 40% e 20%, respectivamente, da autuações fiscais, isto é, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2013 de R$ 5.744 (valor total do auto de R$ 14.361), e de R$ 371 (valor total do auto R$ 1.857).

Contingências passivas com risco possível

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

As principais contingências possíveis são:

	31/12/2013	31/12/2012
Trabalhistas (a)	**388.312**	346.459
Cíveis (b)	**506.983**	496.137
Fiscais (c)	**1.428.812**	1.475.135
Juizados especiais	**122.255**	131.887
	2.446.362	2.449.618

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

27. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível--Continuação

a) Riscos trabalhistas

As principais causas trabalhistas são relacionadas a pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, demissões sem justa causa, dentre outras.

b) Riscos cíveis

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza cível, nos quais a Companhia é ré, sendo grande parte associada a pleitos de danos morais e materiais.

c) Riscos fiscais

Imposto de renda retido na fonte - Emissão de *Fixed Rate Notes* (FRN)

No dia 1º de julho de 2005, a Secretaria da Receita Federal lavrou contra a Sociedade auto de infração em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de Fixed Rate Notes (FRN) emitidos pela Companhia em 1998. Em decisão de 2ª instância a Companhia obteve decisão favorável, em que se declarou a improcedência do Auto. Em janeiro de 2010, a Companhia foi intimada da decisão e do Recurso Especial apresentado pela Fazenda. Em 21 de dezembro de 2012, a Companhia foi intimada da decisão da Câmara Superior de Recursos Fiscais que julgou procedente o Auto de Infração. Em 28 de dezembro de 2012 foram apresentados embargos de declaração . Os embargos apresentados pela Companhia não foram aceitos. Em consequência, a Companhia apresentou ação cautelar de caução para antecipação de garantia visando a obtenção de Certidão Positiva com efeitos de negativa e seguirá discutindo o tema através de ação judicial.

O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2013 é de R$ 846.944 (R$ 819.886 em 2012).

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

27. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível--Continuação

c) Riscos fiscais--Continuação

COFINS - Auto de Infração período pós-imunidade

A Receita Federal do Brasil lavrou um Auto de Infração para cobrar débitos de COFINS decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro/2001 a junho/2002. A Companhia impugnou o Auto, o qual foi julgado procedente em primeira instância administrativa. A Companhia apresentou recurso voluntário, que foi julgado, em novembro de 2007, parcialmente procedente: procedente para afastar a incidência da COFINS sobre receitas financeiras e improcedente quanto à não tributação da receita de venda de energia no período de final de dezembro a março de 2002, correspondente ao prazo de 90 dias para aplicação de norma que altere contribuição social, previsto na Constitucional Federal. A Fazenda e a Companhia apresentaram recurso à Câmara Superior de Recursos Fiscais. Em 24 de agosto de 2009 foi apresentado pela Companhia Agravo ao Presidente da Câmara Superior de Recursos Fiscais para admissão do recurso especial apresentado. O agravo foi julgado contra a Companhia e em 5 de maio de 2010.O Recurso Especial apresentado pela Fazenda teve provimento negado, mantendo-se a decisão de segunda instância que afastar a incidência da COFINS sobre receitas financeiras (70MR$). Consequentemente, restou decidido contra a Companhia a não tributação da receita de venda de energia no período de final de dez/2001 a mar/2002. Para esta parte a Companhia seguirá discutindo o tema através de ação judicial. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2013, é de R$ 113.591 (R$ 179.434 em 2012).

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

27. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível--Continuação

c) Riscos fiscais--Continuação

ICMS - Prazo de recolhimento

Em 26 de setembro de 2005, a Companhia foi autuada pela Secretaria de Receita do Estado do Rio de Janeiro, em razão de recolhimento espontâneo, fora do prazo legal estipulado pelo Dec. 31.632/02, de ICMS e do adicional de ICMS destinado ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza sem o pagamento dos acréscimos legais. Em decisão de 1ª instância os autos foram julgados procedentes pela Junta de Revisão Fiscal. A Companhia apresentou recurso. Em 26 de agosto de 2010, recebida intimação comunicando que o Conselho de Contribuintes decidiu contra a Companhia o recurso administrativo apresentado. Em 1 de novembro de 2010 a Companhia apresentou recurso ao Conselho Pleno que foi julgado em 9 de maio 2012 de forma desfavorável a Companhia. Em 30 de agosto de 2012, a Companhia tomou ciência da decisão do Conselho Pleno e apresentou recurso ao Secretário de Fazenda que aguarda julgamento. Não obstante o recurso apresentado ao Secretário, os autos de infração foram inscritos em dívida ativa em 1º de novembro de 2012. Em consequência, a Companhia apresentou ação cautelar de caução para antecipação de garantia visando a obtenção de Certidão Positiva com efeitos de negativa e obteve medida liminar. O Estado do Rio de Janeiro apresentou recurso questionando a garantia apresentada, o qual foi julgado procedente. Ampla recorreu dessa decisão. Em razão da decisão desfavorável que não aceitou o seguro garantia, a Companhia substituiu a garantia por fiança bancária O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2013, é de R$ 232.348 (R$ 210.400 em em 2012).

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

27. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível--Continuação

c) Riscos fiscais--Continuação

ICMS - Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado

A Companhia possui 4 Autos de Infração lavrados para cobrar débitos relativos aos períodos de dezembro de 1996 a novembro de 1998, novembro de 1998 a março de 1999, julho de 1997 a outubro de 1998 e janeiro de 2007 a dezembro de 2011, sob o argumento de não haver comprovação de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e/ou sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Companhia. Em relação ao primeiro auto de infração a Ampla obteve decisão de segunda instancia parcialmente favorável. Em 05/04/2013, a Ampla apresentou recurso ao Conselho Pleno. Para o 2º auto de infração a Companhia obteve decisão de segunda instância favorável e foi apresentado recurso ao Conselho Pleno pela Fazenda Pública que aguarda decisão. Para o terceiro aguarda inscrição em dívida ativa do Estado do Rio de Janeiro para prosseguir com a discussão na esfera judicial e em relação ao quarto auto, a Companhia apresentou sua impugnação em setembro de 2012 e aguarda julgamento, em julgamento ocorrido em fevereiro de 2013 foi determinada a conversão do julgamento em diligencia para reapuração dos valores objeto do auto de infração excluindo-se os créditos indevidamente glosados. Aguarda-se julgamento após o término da diligência.

Os valores atualizados dos 4 autos em 31 de dezembro de 2013 montam, respectivamente, R$ 8.617 (valor total do auto R$ 14.361), R$ 1.485 (valor total do auto R$ 1.857), R$ 24.695 e R$ 50.138 (R$ 6.946, R$ 1.776, R$ 22.124 e R$ 47.390 respectivamente em 2012). Em relação aos dois primeiros autos de infração, a administração, baseada na opinião legal dos advogados externos, decidiu constituir provisão no valor atualizado em 31 de dezembro de 2013, de, respectivamente, R$ 5.744 e R$ 371, equivalente a 40% e 20% das autuações por entender que a probabilidade de perda destes percentuais é provável, conforme informação constante dos riscos prováveis.

Adicionalmente, a Companhia ajuizou ação anulatória de débito de ICMS oriundo de auto de infração relativo ao período de novembro de 1998 a março de 1999 lavrado sob o argumento de que a Companhia não comprovou os valores de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2013 de R$ 17.498 (R$ 15.931 em 2012). Em 22 de agosto de 2011 foi proferida sentença de primeira instância que julgou improcedente o pedido feito pela Companhia. Aguarda-se julgamento dos Embargos de Declaração apresentados pela Companhia.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

27. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível--Continuação

c) Riscos fiscais--Continuação

ICMS - Compensação de créditos sem comprovação documental

A Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro lavrou um auto de infração sob o argumento de que a Companhia se creditou indevidamente de valores de ICMS (exercício de 1998) sem comprovação documental. A Companhia aguarda decisão de segunda instância administrativa. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2013 é de R$ 17.387 (R$ 16.236 em 2012).

ICMS - Saída de bens para reparação

A Companhia ajuizou duas Ações Anulatórias de débitos de ICMS nos valores atualizados em 31 de dezembro de 2013 de R$ 12.939 e R$ 14.024 (R$ 11.774 e 12.785 em 2012), cobrados sobre as saídas de bens para reparação sem incidência do tributo, não tendo havido a comprovação do retorno ao estabelecimento de origem no prazo legal de 180 dias, no período de fevereiro de 1998 a agosto de 2000. Em relação aos dois processos, a Companhia aguarda julgamento do recurso de apelação apresentado após sentença desfavorável.

ICMS - Comparação entre informes gerenciais e livros fiscais

A Companhia ajuizou ação anulatória para desconstituir auto de infração para cobrar supostos débitos de ICMS no período de dezembro de 2000 a outubro de 2001 decorrentes de diferenças verificadas após a comparação entre os informes gerenciais e os livros fiscais. Após a realização da perícia contábil, aguarda-se decisão de primeira instância. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2013 é de R$ 5.034 (R$ 4.592 em 2012).

ICMS - Cancelamentos de meses anteriores

A Companhia recebeu auto de infração em agosto de 2012 para cobrar supostos débitos de ICMS decorrentes de diferenças verificadas entre o Livro de saída do ICMS e o Convênio 30. Tais diferenças decorrem de equívoco no preenchimento do Livro de saída em relação às faturas canceladas dentro do próprio mês ou em meses anteriores.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

27. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível--Continuação

c) Riscos fiscais--Continuação

A Companhia apresentou sua impugnação em setembro de 2012, sob o argumento de que o equívoco não ocasionou recolhimento a menor de imposto. Em fevereiro de 2013, houve decisão de primeira instancia administrativa negando provimento à impugnação. Foi apresentado recurso ao Conselho de Contribuintes e aguarda-se julgamento. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2013 é de R$ 26.059 (R$ 23.931em 2012).

ICMS e ICMS-FECP - Isentos e não tributáveis

A Companhia recebeu auto de infração em agosto de 2012 para cobrar supostos débitos de ICMS decorrentes da não tributação de clientes que não deveriam, de acordo com a fiscalização, estar classificados como isentos ou não tributáveis. A grande maioria das faturas que supostamente estavam sem o ICMS já tinham sido tributadas em meses anteriores, pois eram refaturamentos de meses anteriores. A Companhia apresentou sua impugnação em setembro de 2012. Houve realização de diligencia em março de 2013 e em abril de 2013 a Companhia apresentou sua resposta ao resultado da diligência. Em junho de 2013 houve julgamento de primeira instância decidindo pela nulidade do auto de infração. Aguarda-se decisão de segunda instância. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2013 é de R$ 6.105 (R$ 5.771 em 2012).

Taxa de uso de solo

A Companhia possui sete execuções fiscais que objetivam a cobrança de Taxa de Uso de Solo pela permanência de instalações fixas em vias e espaços públicos pelos Municípios de Niterói, Rio Bonito e Rio das Ostras, relativos ao período de 2002 a 2009, os quais perfazem o montante atualizado em 31 de dezembro de 2013 de R$ 28.015 (R$ 74.043 em 2012). No processo referente ao ano de 2002, a Companhia aguarda decisão de primeira instância administrativa acerca do auto de infração. Com relação aos processos dos anos de 2003 a 2009, a Companhia está discutindo as cobranças na esfera judicial em 6 Execuções Fiscais.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

27. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível--Continuação

c) Riscos fiscais--Continuação

Na execução fiscal proposta pelo Município de Niterói referente ao ano de 2009 após decisão de primeira e segunda instâncias favoráveis à Companhia, o Município de Niterói apresentou recurso aos tribunais superiores que aguardam julgamento.

Imposto Sobre Serviços - ISS

Em 30 de maio de 2003, o Município de Cabo Frio lavrou contra a Companhia auto de infração visando à cobrança de débito fiscal no valor atualizado em 31 de dezembro de 2013 de R$ 9.854 (R$ 9.522 em 2012), relativo ao período de janeiro de 1997 a maio de 2002. A Companhia apresentou Impugnação ao Auto de Infração e aguarda decisão desde maio de 2003.

Em 2 de setembro de 2009, o Município de Niterói apresentou Execução Fiscal contra a Companhia visando à cobrança de débito fiscal no valor atualizado em 31 de dezembro de 2013 de R$ 1.616 (R$ 1.524 em 2012), relativo ao período de janeiro de 1999 a julho de 2003. Em março de 2010 a Companhia apresentou sua defesa (Embargos à Execução Fiscal) e aguarda decisão de primeira instância judicial.

Taxa de empachamento

Em 01 de junho de 2009, a Companhia ajuizou em face do Município de Niterói, Mandado de Segurança visando suspender a cobrança de taxa de empachamento e exigência de licença municipal prévia para que a Companhia possa executar os serviços e obras de manutenção, reparação e intervenção na rede de distribuição de energia elétrica nas vias e logradouros públicos do Município. O valor estimado em 31 de dezembro de 2013 é de R$ 6.250 (R$ 6.250 em 2012). Em maio de 2010, a Companhia apresentou apelação em face da sentença que lhe foi parcialmente favorável. Em agosto de 2012 acolheu-se a preliminar do recurso apresentado pelo Municipio para anular a sentença em razão da falta de intimação dele para impugnar os Embargos de declaração opostos pela Ampla. Acórdão publicado em janeiro de 2013. Em 24/01/2013 foram apresentados embargos de declaração que aguardam julgamento.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

27. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível--Continuação

c) Riscos fiscais--Continuação

A companhia, além dos processos acima descritos, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total atualizado até 31 de dezembro de 2013 de R$ 6.213 (R$ 4.820 em 2012)

28. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social está composto de ações sem valor nominal, representadas por 3.922.515.918.446 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2013 e 2012, conforme composição acionária abaixo.

	31/12/2013		31/12/2012	
Acionista	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital
Endesa Brasil S.A.	**1.839.121.933.344**	**46,90**	1.839.121.933.344	46,90
Chilectra Inversud S.A.	**824.607.526.461**	**21,02**	824.607.526.461	21,02
Enersis S.A.	**838.778.795.523**	**21,38**	536.591.907.868	13,68
Chilectra S.A.	**405.768.824.339**	**10,34**	405.768.824.339	10,34
Cono Sur Participaciones SL	**-**	**-**	302.186.887.655	7,70
Outros	**14.238.838.779**	**0,36**	14.238.838.779	0,36
Total de ações em circulação	**3.922.515.918.446**	**100,00**	3.922.515.918.446	100,00

Por deliberação em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 26 de novembro de 2013, foi aprovada o aumento de capital da Companhia no montante de R$ 300.000 (trezentos milhões de reais) mediante a capitalização de parte da reserva de reforço de capital de giro.

b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

28. Patrimônio líquido--Continuação

c) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder 100% do montante do capital integralizado, conforme os termos do artigo 27, § 1º, IV do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

Conforme apresentado na nota abaixo, em 31 de dezembro de 2013 a Companhia destinou o valor de R$548.309 (nulo 31 de dezembro de em 2012) para constituição da reserva de capital de giro.

d) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. A base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios está assim composta:

	31/12/2013	31/12/2012
Lucro do exercício	**515.059**	493.376
(-) Reserva legal	**(25.753)**	(24.669)
(+) Reversão da reserva de orçamento de capital	**156.478**	-
Lucro ajustado	**645.784**	468.707
Dividendo mínimo obrigatório	**161.446**	117.177
	484.338	351.530
Outros resultados abrangentes (plano de pensão)	**63.971**	42.495
Retenção de lucro	**-**	237.547
Reserva reforço de capital de giro	**548.309**	156.478

e) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades relacionadas à distribuição de energia, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

28. Patrimônio líquido--Continuação

f) Outros resultados abrangentes

f.1) Outros resultados abrangente - ganhos e perdas atuariais

O CPC 33 determina que os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica sejam reconhecidos em outros resultados abrangentes. Sendo assim, a Companhia reconheceu em 2013 o saldo líquido das perdas atuariais na rubrica de outros resultados abrangentes no montante de R$ 63.971 (R$ 42.495 em 2012).

f.2) Outros resultados abrangentes - ganho e perdas sobre *hedge* de fluxo de caixa

O CPC 38 determina que a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa devem ser reconhecidas diretamente no patrimônio em outros resultados abrangentes. Sendo assim, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro 2013 o montante líquido de R$ 10.415 (R$ 1.604 em 2012) na rubrica de outros resultados abrangentes.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

29. Lucro por ação

Em atendimento à Deliberação CVM nº 636, de 6 de agosto de 2010, que aprovou o CPC 41 - Resultado por ação ("CPC 41"), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

	31/12/2013	31/12/2012
Lucro do exercício	**515.059**	493.376
Número de ações	**3.922.515.918.446**	3.922.515.918.446
Lucro por ação - básico (reais por milhares de ações)	**0,13131**	0,12578

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é dividido em 3.922.515.918.446 ações ordinárias.

Não há diferença significativa entre o lucro por ação básico e o cálculo de lucro por ação diluído, uma vez que a Companhia não possui instrumentos patrimoniais emitidos com realização no exercício.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

30. Receita líquida

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, está disposta abaixo:

	Nº de consumidores (não auditado)		MWh (não auditado)		R$	
	31/12/2013	**31/12/2012**	**31/12/2013**	**31/12/2012**	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Fornecimento faturado						
Residencial	**2.252.519**	2.177.932	**4.536.796**	4.331.407	**2.362.085**	2.418.992
Industrial	**4.686**	4.726	**997.371**	1.066.688	**402.626**	458.394
Comércio, serviços e outras	**148.558**	147.386	**2.080.567**	2.075.180	**1.042.870**	1.124.894
Rural	**64.770**	63.055	**236.364**	234.224	**65.717**	69.229
Poder público	**13.855**	13.423	**502.285**	482.126	**257.182**	260.151
Iluminação pública	**1.443**	1.424	**520.153**	496.631	**145.828**	150.412
Serviços públicos	**1.428**	1.317	**324.770**	313.561	**87.666**	89.950
	2.487.259	2.409.263	**9.198.306**	8.999.817	**4.363.974**	4.572.022
Fornecimento não faturado					**(21.596)**	44.498
Consumidores, concessionários e permissionários					**4.342.378**	4.616.520
Suprimento de energia elétrica	**-**	-	**-**	-	**39.902**	59.608
Baixa renda	**-**	-	**-**	-	**61.198**	71.348
Subvenção CDE - desconto tarifário	**-**	**-**	**-**	**-**	**94.458**	-
Disponibilidade da rede elétrica	**13**	13	**432.427**	418.978	**182.657**	252.127
Receita de construção	**-**	-	**-**	-	**444.206**	403.646
Outras receitas	**-**	-	**-**	-	**70.155**	62.029
Receita operacional bruta					**5.234.954**	5.465.278
(-) Deduções da receita						
ICMS	**-**	-	**-**	-	**(1.109.834)**	(1.178.219)
PIS	**-**	-	**-**	-	**(48.210)**	(51.811)
COFINS	**-**	-	**-**	-	**(167.513)**	(238.645)
ISS	**-**	-	**-**	-	**(2.832)**	(2.245)
Quota para reserva global de reversão	**-**	-	**-**	-	**11.198**	(67.046)
Encargo Setorial CCC/CDE	**-**	-	**-**	-	**(34.468)**	(194.265)
P&D e eficiência energética	**-**	-	**-**	-	**(33.675)**	(32.422)
Encargo ex-isolados	**-**	-	**-**	-	**(188)**	(9.636)
Total de deduções de receita					**(1.385.522)**	(1.774.289)
Total	**2.487.272**	2.409.276	**9.630.733**	9.418.795	**3.849.432**	3.690.989

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

31. Custos e despesas operacionais

	31/12/2013				31/12/2012
Descrição	**Custo do serviço**	**Despesa de vendas**	**Depesas gerais e Administrativas**	**Total**	**Total**
Pessoal (inclusive previdência privada)	(107.661)	-	(45.542)	**(153.203)**	**(151.747)**
Material	(7.452)	(5.275)	(528)	**(13.255)**	(13.606)
Serviços de terceiros	(192.854)	(8.039)	(69.334)	**(270.227)**	(252.305)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.509.634)	-	-	**(1.509.634)**	(1.434.233)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(227.655)	-	-	**(227.655)**	(385.469)
Encargos de serviços do sistema	(25.858)	-	-	**(25.858)**	(53.328)
Custos na desativação de bens	(81.548)	-	(11.694)	**(93.242)**	(57.795)
Depreciação e amortização	(210.703)	-	(8.644)	**(219.347)**	(176.630)
PCLD clientes - líquidas	-	(62.300)	-	**(62.300)**	(77.253)
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	(43.860)	**(43.860)**	74.387
Taxa de fiscalização da ANEEL	(7.728)	-	-	**(7.728)**	(8.341)
Custo de construção	(444.206)	-	-	**(444.206)**	(403.646)
Outros custos operacionais	(17.482)	-	(13.174)	**(30.656)**	(44.615)
Total	**(2.832.781)**	**(75.614)**	**(192.776)**	**(3.101.171)**	**(2.984.581)**

Despesa de pessoal	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Remuneração	**(83.684)**	(85.044)
Encargos sociais	**(36.064)**	(36.838)
Provisão de férias e 13º salário	**(13.158)**	(12.125)
Plano de sáude	**(4.997)**	(13.490)
Previdencia Privada	**(5.906)**	(1.641)
Auxílio alimentação e outros benefícios	**(9.541)**	(9.530)
Participação nos resultados	**(13.714)**	(11.944)
Outros	**(11.855)**	(8.638)
(-) Transferências para intangível em curso	**25.716**	27.503
Total	**(153.203)**	(151.747)

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

31. Custos e despesas operacionais--Continuação

A composição dos custos com energia elétrica está disposta abaixo:

	31/12/2013	31/12/2012
Energia elétrica comprada		
Itaipu Binacional	**(261.628)**	(234.519)
Enertrade comercializadora de energia S.A.	**(48.287)**	(39.706)
CCEE - Câmara de comercialização de energia elétrica	**(209.642)**	(75.660)
CCEAR's - Contratos de comercialização de energia no ambiente regulado	**(684.892)**	(693.277)
Proinfa	**(60.853)**	(52.189)
MCSD - Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits	**(75.246)**	(215.697)
Eletrobrás termonuclear S/A-Eletronuclear	**(54.732)**	-
Diferencial Eletronuclear	**(27.774)**	-
Cotas de garantia física	**(93.678)**	-
(-) Recuperação despesa compra energia	**83.341**	-
Risco hidrológico	**(13.319)**	-
(-) Recuperação despesa risco hidrológico	**13.319**	-
Exposição involuntária	**(206.988)**	-
(-) Recuperação despesa exposição involuntária	**137.463**	-
Outros	**(6.718)**	(123.185)
	(1.509.634)	(1.434.233)
Encargos de uso rede de transmissão		
Rede básica	**(88.421)**	(183.027)
Contratos de uso do sistema de distribuição – CUSD	**(121.666)**	(159.236)
Encargos de conexão	**(10.707)**	(24.041)
Outros encargos	**(6.861)**	(19.165)
	(227.655)	(385.469)
Outros custos com Energia		
Encargo do serviço do sistema - ESS	**(55.535)**	(53.328)
(-) Recuperação despesa encargo do serviço do sistema - ESS Aporte CDE	**29.677**	-
Encargo de segurança energética - ESS Seg. Energética	**(97.313)**	-
(-) Recuperação despesa encargo de segurança energética - ESS Seg. Energética	**97.313**	-
Subtotal	**(25.858)**	(53.328)
Total	**(1.763.147)**	(1.873.030)

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

32. Resultado financeiro

	31/12/2013	31/12/2012
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	**14.252**	11.579
Multas e acréscimos moratórios em conta de energia	**51.939**	54.638
Variações monetárias diversas	**8.512**	6.603
Receita de ativo indenizável	**183.165**	307.410
Atualização crédito PIS/COFINS	**76.966**	-
Outras receitas financeiras, líquida	**26.236**	4.155
Total	**361.070**	384.385
Despesas financeiras		
Encargo de dívidas	**(41.851)**	(49.962)
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	**(45.565)**	(47.032)
Encargo de fundo de pensão	**(45.200)**	(49.984)
Multas	**(21.295)**	(12.774)
Variações monetárias debêntures	**(36.101)**	(27.937)
Variações monetárias diversas	**(1.186)**	(390)
Juros debêntures	**(68.340)**	(75.713)
Custo de transação	**(1.856)**	(1.877)
Indenizações DIC / FIC	**(29.589)**	(20.259)
Correção P&D / PEE	**(434)**	(768)
IOF	**(5.263)**	(3.135)
Atualização diferencial eletronuclear	**(5.080)**	-
Efeito aplicação - CPC 33 (R1)	**(3.617)**	-
Outras despesas financeiras, líquida	**(25.801)**	(36.066)
Total	**(331.178)**	(325.897)
Resultado financeiro	**29.892**	58.488

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

33. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada abaixo:

Descrição	31/12/2013	%	31/12/2012	%
Lucro antes do IRPJ e CSLL	**778.153**	**100%**	764.896	100%
Alíquota nominal	**264.572**	**34%**	260.065	34%
Adições permanentes				
Participações nos lucros (administradores)	**1.271**	**0,48%**	685	0,26%
Doações	**1.150**	**0,43%**	536	0,21%
Benefícios indiretos	**-**	**-**	24	0,01%
Depreciação Lei 8.200	**381**	**0,14%**	196	0,08%
Perdas	**409**	**0,15%**	10.098	3,88%
Multas indedutíveis	**-**	**-**	2.749	1,06%
	3.211		14.288	
Deduções permanentes				
Incentivo fiscal do PAT	**(1.331)**	**(0,50%)**	(1.426)	(0,55%)
Incentivo fiscal cultural	**(2.589)**	**(0,97%)**	(1.383)	(0,53%)
Incentivo fiscal desportivo	**(529)**	**(0,20%)**	-	-
Adicional do IRPJ	**(24)**	**(0,01%)**	(24)	(0,01%)
Ajustes de períodos anteriores	**(218)**	**(0,08%)**	-	-
	(4.691)		(2.833)	
IRPJ/CSLL corrente no resultado (despesa)	**223.038**	**28,66%**	183.089	23,94%
IRPJ/CSLL diferidos no resultado (despesa)	**40.056**	**5,15%**	88.431	11,56%
	263.094	**33,81%**	271.520	35,50%

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

34. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

Fatores de risco

A linha de negócio da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em 65 municípios do estado do Rio de Janeiro e um município em Minas Gerais. Dentro da sua estratégia, sintonizada com a gestão financeira de melhores práticas para minimização de riscos financeiros, e observando os aspectos regulatórios, a Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seus negócios:

a) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo, considerando a pulverização do número de clientes e o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação.

Adicionalmente, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específica. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

b) Risco de escassez de energia

Corresponde ao risco de escassez na oferta de energia elétrica por parte das usinas hidroelétricas por eventuais atrasos do período chuvoso, associado ao crescimento de demanda acima do planejado, podendo ocasionar perdas para a Companhia em função do aumento de custos ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as simulações efetuadas, o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

34. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Fatores de risco--Continuação

c) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida. Essas restrições são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução normal das operações. Atualmente, o índice de endividamento da Companhia está em patamares abaixo do limite estipulado pelos "*covenants*" financeiros.

d) Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos, financiamentos e debêntures detalhados nas Notas 19 e 20, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) e pelo patrimônio líquido da Companhia.

O índice de endividamento no final dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	31/12/2013	31/12/2012
Dívida	**1.526.026**	1.356.157
Caixa e saldos de bancos (inclusive títulos e valores mobiliários)	**(236.986)**	(51.738)
Dívida líquida (a)	**1.289.040**	1.304.419
Patrimônio líquido (b)	**2.480.825**	2.052.826
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	**0,34**	0,39

(a) A dívida líquida é representada pelo saldo total dos empréstimos e financiamentos e debêntures, incluindo as parcelas do passivo circulante e não circulante, deduzidos os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Vide maiores detalhes nas Notas 5, 6, 19 e 20.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas constituídas pela Companhia.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

34. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Fatores de risco--Continuação

e) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía 76,39% da dívida total indexada a taxas variáveis, sendo que 59,3% eram atrelados a indicadores menos voláteis às oscilações do mercado, como a TJLP contraídos com o BNDES. Com finalidade de evitar riscos com variações nos índices de mercado, 22,36% das dívidas variáreis (17,08% do total) tiveram suas taxas fixadas através de contrato de swap.

Os ajustes a débito e a crédito dessas operações estão registrados nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apurou um resultado positivo não realizado na operação de swap no montante de R$ 13.350.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos no resultado da Companhia, caso as taxas de juros e índices de inflação do 4º trimestre de 2013 fossem iguais aos índices projetados para o próximo ano, disponíveis na Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA):

		Efeitos	
31/12/2013	Aumento / Redução em percentual	No resultado	No patrimônio líquido
Passivos financeiros			
CDI	-0,80%	(760)	(760)
IPCA	+0,36%	289	289
Total		(471)	(471)

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

34. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Fatores de risco--Continuação

f) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados nos fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2013						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	**2.195**	**4.914**	**24.672**	**119.069**	**71.515**	**222.365**
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	**4.386**	**14.461**	**79.886**	**535.497**	**152.250**	**786.480**
Debêntures	**-**	**-**	**61.012**	**821.538**	**117.689**	**1.000.239**
	6.581	**19.375**	**165.570**	**1.476.104**	**341.454**	**2.009.084**
Em 31 de dezembro de 2012						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	2.042	4.066	18.696	85.842	48.296	158.942
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	25.489	9.285	148.252	187.227	19.560	389.813
Debêntures	-	-	119.818	771.396	303.209	1.194.423
	27.531	13.351	286.766	1.044.465	371.065	1.743.178

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos de *hedge* que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos abaixo:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2013						
"Swaps" de juros 03/09/12	-	-	(728)	(1.263)	-	(1.991)
"Swaps" de juros 08/11/12	-	-	(972)	(1.995)	-	(2.967)
	-	-	(1.700)	(3.258)	-	(4.958)
31 de dezembro de 2012						
"Swaps" de juros 03/09/12	-	-	2.265	5.597	-	7.862
"Swaps" de juros 08/11/12	-	-	1.914	2.883	-	4.797
	-	-	4.179	8.480	-	12.659

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

34. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Fatores de risco--Continuação

f) Risco de liquidez--Continuação

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia utiliza como opção de curto prazo a conta garantida que tem contratada. Abaixo segue tabela referente à posição em 31 de dezembro de 2013 e 2012 quanto à utilização da conta:

Conta Garantida	31/12/2013	31/12/2012
Contratada	**250.000**	225.000
Utilizada	**-**	-

Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

			31/12/2013		31/12/2012	
	Categoria	Nível	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	**173.394**	**173.394**	20.813	20.813
Titulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	**63.592**	**63.592**	30.925	30.925
Cauções e depósitos vinculados	Empréstimos e recebíveis	2	**27.628**	**27.628**	36.049	36.049
Consumidores, concessionários e permissionários	Empréstimos e recebíveis	2	**539.421**	**539.421**	608.900	608.900
Ativo indenizável (concessão)	Disponivel para venda	3	**1.383.297**	**1.383.297**	1.032.063	1.032.063
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Empréstimos e recebíveis	2	**769.259**	**757.378**	455.458	454.081
Debêntures em moeda nacional	Empréstimos e recebíveis	2	**770.116**	**770.116**	898.268	850.482
Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	2	**437.824**	**437.824**	451.537	451.537
Intrumentos financeiros derivativos	Empréstimos e recebíveis	2	**(13.349)**	**(13.349)**	2.431	2.431

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

34. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Valorização dos instrumentos financeiros--Continuação

As aplicações financeiras registradas nas demonstrações financeiras (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

Valor justo hierárquico

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1 - dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- Nível 2 - dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3 - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Instrumento financeiro derivativo

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (*swap*) de 31 de dezembro de 2013 estão dispostos abaixo:

Derivativo	Valor da curva	Valor de mercado (contábil)	Diferença
Swap DI x PRÉ 03.09.12 HSBC Bank Brasil S.A.	31	7.224	7.193
Swap DI x PRÉ 08.11.12 HSBC Bank Brasil S.A.	64	6.125	6.061

A estimativa de valor de mercado das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela BM&F na posição de 31 de dezembro de 2013.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Em 31 de dezembro de 2013 haviam 2 (dois) contratos de swap CDI para taxa fixa, a fim de diminuir a exposição às flutuações dos índices de mercado.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

34. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Valorização dos instrumentos financeiros--Continuação

Instrumento financeiro derivativo--Continuação

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia detinha operações de *swap* conforme demonstrado abaixo:

					Valores de refrência	
					Moeda local	
Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	31/12/2013	31/12/2012
Contratos de swaps:						
Valor	HSBC BANK BRASIL S.A.	03/09/2012	16/06/2017	CDI + 1,02% a.a. 10,05% a.a.	(7.224)	1.891
Valor	HSBC BANK BRASIL S.A.	08/11/2012	15/06/2016	CDI + 1,20% a.a. 9,59% a.a.	(6.125)	540

As operações de derivativos são realizadas a fim de proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos “Investment Grade” com “expertise” necessária para as operações. A Companhia tem por política não negociar e/ou contratar derivativos especulativos.

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução da CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Vide abaixo análise de sensibilidade nas dívidas da Companhia estabelecida através da projeção das despesas financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futuro dos indicadores divulgada pela BM&F:

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

34. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução da CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008--Continuação

Indexador do Contrato	31/12/2013	Cenário + 25%	Cenário + 50%
CDI	**13.809**	**17.064**	**20.248**
IPCA	**65.586**	**72.669**	**79.669**
TJLP	**30.603**	**34.951**	**39.253**
FIXO	**9.304**	**9.304**	**9.304**
Total	**119.302**	**133.988**	**148.474**

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do *swap* da Companhia:

Contrato	31/12/2013	Cenário + 25%	Cenário + 50%
Debênture 1ª série - 6ª e 7ª emissões	**23.910**	**28.993**	**33.972**
Swap ponta ativa	**(23.910)**	**(28.993)**	**(33.972)**
Swap ponta passiva	**18.850**	**18.850**	**18.850**
Total	**18.850**	**18.850**	**18.850**

Conforme demonstrado acima, a variação do CDI sobre a parcela da dívida coberta pelo *swap* é compensada inteiramente pelo resultado oposto de sua ponta ativa. Ao mesmo tempo em que os encargos dessa dívida são substituídos pelos juros fixos da ponta passiva, evitando que oscilações do mercado afetem as despesas financeiras da Companhia.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

35. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são dispostos abaixo:

	Vigência até	2014	2015	2016	2017	Após 2017
Angra	2032	57.966	60.918	63.391	65.952	1.382.262
Bilateral	2022	50.980	53.839	56.488	58.920	337.918
CCGF	2032	98.740	103.769	108.322	112.344	2.356.634
ITAIPU	2023	254.608	261.858	258.504	254.134	1.561.853
Proinfa	2030	63.979	67.237	69.967	72.794	1.265.720
CCEAR 2006	2013	-	-	-	-	-
CCEAR 2007	2014	42.676	-	-	-	-
CCEAR 2008 - Energia Existente	2015	50.810	53.324	-	-	-
CCEAR 2008 - Energia Nova	2037	2.168	2.274	2.377	2.465	77.079
CCEAR 2008 - Energia Nova	2022	19.163	20.100	20.999	21.791	123.089
CCEAR 2009 - Energia Existente	2016	47.196	49.603	51.875	-	-
CCEAR 2009 - Energia Nova	2038	27.226	28.561	29.854	30.968	1.039.858
CCEAR 2009 - Energia Nova (A-3)	2023	38.240	40.110	41.903	43.484	300.875
CCEAR 2010 - Energia Nova	2039	48.473	50.849	53.152	55.135	1.984.189
CCEAR 2010 - Energia Nova	2024	59.417	62.322	65.108	67.565	557.086
CCEAR 2011 - Energia Nova	2040	25.666	26.924	28.143	29.193	1.124.026
CCEAR 2011 - Energia Nova	2025	30.783	32.288	33.731	35.004	336.794
CCEAR 2012 - Energia Nova	2041	61.291	60.437	46.465	48.199	1.981.579
CCEAR 2012 - Energia Nova	2026	87.133	91.393	95.478	99.081	1.095.256
CCEAR 2013 - Energia Nova	2042	29.919	27.025	18.612	19.308	846.228
CCEAR 2013 - Energia Nova	2027	137.050	143.750	150.173	155.843	1.955.049
CCEAR 2016 - Energia Nova (A-5)	2045	-	-	2.739	2.841	149.645
CCEAR 2016 - Energia Nova (A-5)	2035	-	-	18.263	18.952	509.687
CCEAR 2017 - Energia Nova (A-5)	2036	-	-	-	9.321	270.641
TOTAL		**1.233.484**	**1.236.581**	**1.215.544**	**1.203.294**	**19.255.468**

Os valores relativos aos contratos de compra de energia representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2013 que foram homologados pela ANEEL.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

36. Participação nos resultados

A Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei das Sociedades por Ações, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; metas estas que vem desde o plano estratégico da Companhia até sua respectiva área, além de uma avaliação comportamental para cada colaborador.

O montante estimado dessa participação para o exercício findo em 31 de dezembro 2013 foi de R$ 13.714 (R$ 11.944 em 2012).

37. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Endesa, com o valor em risco para danos materiais no montante de R$1.013.914, com um limite de cobertura para lucros cessantes de R$3.147.962 e um limite geral de indenização, por sinistro, no montante de R$112.925. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Endesa no valor de R$451.700 por sinistro ou agregado anual. Ambos os programas têm validade no período compreendido de 01 de novembro de 2013 a 31 de outubro de 2014.

	Data de vigência		Importância	Limite máximo de
Riscos	**De**	**Até**	**segurada**	**garantia por sinistro**
Risco operacional	01/11/2013	31/10/2014	**1.013.914**	**3.147.962**
Responsabilidade civil	01/11/2013	31/10/2014	**n/a**	**451.700**

38. Outras informações

Medida Provisória n° 627/2013

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (“IN 1.397”) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (“MP 627”) que: revoga o Regime Tributário de Transição (“RTT”) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

38. Outras informações

Medida Provisória n° 627/2013--Continuação

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP 627. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Ampla Energia e Serviços S.A.
Niterói - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Ampla Energia e Serviços S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ampla Energia e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2014

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Márcio F. Ostwald
Contador CRC - 1RJ 086.202/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

No dia 14 de fevereiro de 2014, reuniu-se o Conselho de Administração da Ampla Energia e Serviços S.A. para examinar as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. Examinadas as referidas Demonstrações Financeiras, decidiu o Conselho de Administração exarar o seguinte parecer:

Parecer

Os membros do Conselho de Administração da Ampla Energia e Serviços S.A., abaixo assinados, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2013, compreendendo o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado, de Outros Resultados Abrangentes, complementadas pelas Notas Explicativas, e pelo Balanço Social, com base no parecer dos Auditores Independentes, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.A., recomendam, aos Acionistas, a aprovação das referidas Demonstrações Financeiras, as quais obedecem aos dispositivos legais e regulamentares e estão em condições de serem apreciadas pela Assembléia Geral Ordinária.

Niterói, 14 de fevereiro de 2014.

Mario Fernando de Melo Santos
Presidente da Mesa e do Conselho

Antonio Basilio Pires e Albuquerque
Nelson Ribas Visconti
José Alves de Mello Franco
José Távora Batista
Otacilio de Souza Junior
Ramón Francisco Castañeda Ponce

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Companhia

Após examinadas, discutidas e revisadas as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31/12/2013, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação do lucro de 2013 e pagamento de dividendos, diante dos esclarecimentos prestados pelo controller da Companhia, Sr. Lucas Morato Teixeira, foi, pela unanimidade dos presentes, declarado que tais documentos apresentam informações completas, precisas e verdadeiras, refletindo adequadamente a situação da companhia e de seus negócios e, que, portanto, concordam integralmente com os termos contidos nos referidos documentos, bem como que concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia, tudo nos termos da Instrução CVM nº 480, de 07/12/09. Assim sendo, recomendam a aprovação de tais documentos pelo Conselho de Administração da Companhia e pelos seus acionistas, reunidos em assembléia geral ordinária.

Niterói, 14 de fevereiro de 2014.

Mario Fernando de Melo Santos
Presidente da Mesa e do Conselho

Marcelo Andrés Llévenes Rebolledo – Diretor Presidente
Teobaldo José Cavalcante Leal – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Déborah Meirelles Rosa Brasil – Diretora Jurídica
Carlos Ewandro Naegele Moreira – Diretor de Recursos Humanos
José Alves de Mello Franco – Diretor de Regulação
Bruno Golebiovski – Diretor Comercial
Claudio Manuel Rivera Moya – Diretor Técnico
Janaina Savino Vilella Carro – Diretora de Relações Institucionais e Comunicação

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores da Companhia

Após examinadas, discutidas e revisadas as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31/12/2013, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação do lucro de 2013 e pagamento de dividendos, diante dos esclarecimentos prestados pelo controller da Companhia, Sr. Lucas Morato Teixeira, foi, pela unanimidade dos presentes, declarado que tais documentos apresentam informações completas, precisas e verdadeiras, refletindo adequadamente a situação da companhia e de seus negócios e, que, portanto, concordam integralmente com os termos contidos nos referidos documentos, bem como que concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia, tudo nos termos da Instrução CVM nº 480, de 07/12/09. Assim sendo, recomendam a aprovação de tais documentos pelo Conselho de Administração da Companhia e pelos seus acionistas, reunidos em assembléia geral ordinária.

Niterói, 14 de fevereiro de 2014.

Mario Fernando de Melo Santos
Presidente da Mesa e do Conselho

Marcelo Andrés Llévenes Rebolledo – Diretor Presidente
Teobaldo José Cavalcante Leal – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Déborah Meirelles Rosa Brasil – Diretora Jurídica
Carlos Ewandro Naegele Moreira – Diretor de Recursos Humanos
José Alves de Mello Franco – Diretor de Regulação
Bruno Golebiovski – Diretor Comercial
Claudio Manuel Rivera Moya – Diretor Técnico
Janaina Savino Vilella Carro – Diretora de Relações Institucionais e Comunicação